



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO

Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação

Secretaria de Tecnologia da Informação

Fortaleza – Ceará
Julho- 2013



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO

Desembargadora do Trabalho Maria Roseli Mendes Alencar
Presidente

Desembargador do Trabalho Francisco Tarcísio Guedes Lima
Verde Júnior
Vice-Presidente

Desembargadora do Trabalho Maria José Girão
Corregedora

COMPOSIÇÃO DO PLENO

Desembargador do Trabalho Antônio Marques Cavalcante Filho

Desembargadora do Trabalho Dulcina de Holanda Palhano

Desembargador do Trabalho José Antônio Parente da Silva

Desembargador do Trabalho Cláudio Soares Pires

Desembargador do Trabalho Plauto Carneiro Porto

Desembargadora do Trabalho Regina Gláucia Cavalcante
Nepomuceno

Desembargador do Trabalho Jefferson Quesado Júnior

Juiz do Trabalho Judicael Sudário de Pinho (Convocado)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO

Juiz do Trabalho Durval César de Vasconcelos Maia (Convocado)

Juiz do Trabalho Emmanuel Teófilo Furtado (Convocado)

EQUIPE DE REVISÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO 2010-2014

COMISSÃO DE INFORMÁTICA:

Desembargadora Dra. Maria Roseli Mendes Alencar
Presidente da Comissão de Informática

Juiz do Trabalho Dr. Francisco Antônio da Silva Fortuna
Membro da Comissão

Neira São Thiago Cysne Frota
Diretora Geral – Membro da Comissão

Antônio Carlos dos Santos
Assessor da Presidência - Membro da Comissão

Joarez Dallago
Diretor da Secretaria de Tecnologia de Informação
Membro da Comissão



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO

Patrícia Cabral Machado
Diretora da Secretaria de Gestão Estratégica
Membro da Comissão

Francisco Otávio Costa
Representante da 16ª Vara do Trabalho
Membro da Comissão

Kaline Lewinter
Representante da Associação dos Magistrados
Membro da Comissão

Fernando Antonio de Freitas Lima
Representante do Sindicato Sindissétima
Membro da Comissão



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO

Sumário

Introdução.....	6
Metodologia	6
Análise da situação atual: ambiente externo.....	7
Análise da situação atual: ambiente interno.....	10
Diretrizes Estratégicas de TI.....	21
Análise SWOT.....	22
GAP's Estratégicos de TI.....	23
Norteadores: Missão, Visão e Valores.....	24
Mapa Estratégico da STI.....	26
Objetivos Estratégicos de TI.....	27
Impacto dos Objetivos Estratégicos de TIC nos do PEC do TRT7.....	28
Indicadores e Metas.....	29
Ações e Projetos Estratégicos por Objetivo Estratégico.....	45
Ações e Projetos Estratégicos	70
Ações Prioritárias definidas pela Comissão de Informática no Processo de Revisão do PETIC.....	76
Glossário.....	78
ANEXO I – INVENTÁRIO DE RECURSOS DA STI.....	81



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO

Introdução

Este documento tem por objetivo apresentar o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETI) para o período de 2010 a 2014.

O PETI (doravante também denominado Plano) é um processo dinâmico e interativo para estruturar a estratégia, tática e operacionalmente as informações organizacionais, a tecnologia de informação e comunicação (TIC) e seus recursos (*hardware*, *software*, sistemas de telecomunicações, gestão de dados e informações), os sistemas de informações (estratégicos, gerenciais e operacionais), as pessoas envolvidas e a infraestrutura necessária para o atendimento de todas as decisões, ações e respectivos processos.

O Plano propõe-se, a partir da análise da situação atual, a gerar projetos e ações coerentes, coordenados e harmônicos, visando alcançar uma situação desejável, dentro do seu prazo de vigência. Trataremos das questões tecnológicas e das equipes técnicas que atuam na área de tecnologia, bem como da governança de TIC, implicando a criação de um processo de trabalho que tem como função maximizar a utilidade de TIC e, por decorrência, desenvolver a técnica de TIC até o ponto adequado.

Este documento apresenta o diagnóstico da situação atual da área de TIC do TRT 7ª Região e seu contexto dentro do Planejamento Estratégico corporativo. Dar-se-á início pela apresentação da análise do macroambiente, com o estudo de suas oportunidades e ameaças. Toda a cadeia de serviços e produtos de TIC será avaliada em cada um de seus segmentos. Em seguida, serão analisados seu microambiente e sua área de estudo. A conclusão finalizará com as sugestões apresentadas.

Finalmente, apresentamos um plano de ação para o período de 2010 a 2014.

Metodologia

O PETI, em nosso Regional, procurou contemplar as visões internas e externas. Ao se construir o cenário futuro do TRT, obtém-se o direcionamento a ser seguido. A ênfase do Planejamento Estratégico está em direcionar, identificar e desenvolver, muito mais do que estabelecer objetivos concretos ou em predizer o futuro. Mais ainda, são observadas premissas básicas que o Tribunal deve respeitar para que todo o processo tenha coerência e sustentação.

Considerou-se o necessário alinhamento com o Planejamento Estratégico Corporativo



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO

(PEC), assim como com os planejamentos estratégicos de TIC do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT). Também foram consideradas as necessidades dos usuários internos e externos e as melhores práticas previstas nos padrões de governança de TIC, notadamente os seguintes: *Control Objectives for Information and related Technology (COBIT)*, *Information Technology Infrastructure Library (ITIL)*, *Balance Score Card (BSC)*, *Project Management Body of Knowledge (PMBok)* e *Melhoria de Processos do Software Brasileiro (MPS.BR)*.

A metodologia utilizada foi o PETI com BSC, apresentada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), e que tem servido como padrão para o Judiciário, envolvendo as seguintes etapas:

1. Preparação
2. Diagnóstico
3. Direção
4. Viabilidade
5. Execução

Inicialmente, foram realizadas reuniões com o objetivo de atingir um nível de conhecimento adequado, por parte de todos que participaram do Planejamento Estratégico de TIC, do conteúdo do plano, conceitos, técnicas e prioridades.

O diagnóstico apresentou dados coletados do TRT, através de questionários individuais e reuniões com todos os envolvidos, complementados por intensa pesquisa bibliográfica. A análise se deu de forma qualitativa.

Em seguida, foi elaborado o Mapa Estratégico de TIC, com seus indicadores e metas.

Na viabilidade do Plano, foram observadas as iniciativas relacionadas aos objetivos estratégicos, atratividade e posterior seleção das iniciativas.

Na execução do Plano, será utilizado o PDCA (*Plan*-planejamento, *Do*-execução, *Check*-verificação e *Act*-ação).

Foram cumpridas as principais etapas previstas na metodologia adotada, em consonância com a realidade do órgão, restando claro que o planejamento estratégico é um processo continuado, que merecerá especial atenção em sua fase de execução.

Análise da situação atual: ambiente externo

O Planejamento Estratégico é uma necessidade e uma tendência atual no âmbito da administração pública. No caso do Poder Judiciário, o CNJ, através de resoluções, estabeleceu prazos para que todos os Tribunais elaborassem seus PECs. O TRT da 7ª



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO

Região cumpriu essa determinação ao final de 2009, com a aprovação do seu PEC, válido para o período de 2010 a 2014.

A área de TIC, devido à sua relevância, mereceu uma resolução específica (Resolução CNJ nº. 99/2009), que estabeleceu a obrigatoriedade do Planejamento Estratégico de TIC (PETI) dos Tribunais. A conclusão do PETI da Justiça do Trabalho (CSJT), no final de março de 2010, ao qual o nosso Planejamento deve estar alinhado, bem como a capacitação oferecida, através de treinamentos ministrados pela FGV, proporcionaram a este órgão os últimos elementos necessários ao início desta empreitada.

Maximiano (2006) diz que “a análise do ambiente externo é um dos pilares do planejamento estratégico. Quanto mais competitivo, instável e complexo o ambiente, maior a necessidade de analisá-lo”.

Neste contexto, há diversos fatores ambientais que influenciam fortemente as atividades da área de tecnologia da informação. Uma tendência que já vem sendo notada nos últimos anos é o aumento de atos regulatórios advindos de entidades como o CNJ, CSJT e Tribunal de Contas da União (TCU). Apesar dos referidos atos objetivarem proteger o interesse público, é notório que eles criam uma pesada carga de trabalho para a área de tecnologia. Por si só, eles exigem, para a sua consecução, que as áreas de TIC dos regionais aumentem a sua eficiência, através da estruturação de seus processos de trabalho e sistemas de informação, com especial atenção para as bases de dados, a fim de obter dados estatísticos confiáveis.

Outro fator ambiental relevante são as demandas envolvendo o uso de tecnologia da informação geradas pelas áreas do próprio TRT. Estas áreas também necessitam racionalizar seus processos e fornecer continuamente dados, ora para a população, ora para entidades externas. Neste último caso, é cada dia mais comum haver a demanda pela integração de sistemas e de base de dados. Por sua vez, estas integrações também geram um esforço considerável e são frequentemente inviabilizadas devido à existência de inconsistências nas bases de dados dos principais sistemas legados.¹

Por outro lado, soluções implementadas com sucesso em entidades do Judiciário são comumente intercambiadas entre si. Esta prática possibilita o atendimento de diversas demandas em tempo reduzido e com risco controlado. Porém, um dificultador para este intercâmbio é a falta de padronização da plataforma de desenvolvimento dos sistemas do Judiciário. Cada entidade possui sua plataforma específica, na maioria das vezes, composta por diversas tecnologias que foram utilizadas ao longo dos anos. Assim, se a

1 Sistemas legados são sistemas computacionais de uma organização que, apesar de antigos, fornecem dados essenciais. Geralmente utilizam bancos de dados obsoletos. De modo geral, são de aplicações complexas, de difícil manutenção e, que, pelo grau de criticidade e custo de modernização, continuam ativas. Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Sistema_legado



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO

utilização de soluções cedidas, por um lado, traz eficiência e redução de riscos; por outro, contribui para o aumento da complexidade da arquitetura da informação e dos sistemas existentes nos regionais, o que reduz a eficiência a longo prazo. Este último aspecto pode ser combatido através da reescrita (refatoração) dos sistemas existentes, adequando-os a padrões próprios deste Regional e a uma arquitetura da informação mais flexível e interoperável.

Outro fator ambiental de suma importância é a evolução das tecnologias de desenvolvimento de sistemas/ infraestrutura e das tendências comportamentais ligadas ao uso da tecnologia da informação. A previsão do Gartner é de que *“Até 2014, mais de três bilhões de pessoas poderão efetuar transações eletronicamente via tecnologia de celulares ou internet”*. Esta tendência aponta a necessidade de desenvolvimento de soluções para internet e, em especial, para dispositivos móveis. Também de acordo com o Gartner, *“Até 2013, os telefones celulares vão ultrapassar os PCs como dispositivo mais comum para acesso à web”*. A disseminação do uso do celular vem ao encontro da necessidade de aumento da transparência e capilaridade, apontada explicitamente no PEC do TRT.

Adicionalmente, em um futuro próximo, novos canais de comunicação devem ser criados e a área de tecnologia precisará rapidamente se adequar para disponibilizar suas soluções nestes novos meios de comunicação com o usuário. Para isso, a implantação de uma arquitetura da sistemas flexível e interoperável é um requisito obrigatório, o que demanda a necessidade de definição de padrão arquitetural e do estabelecimento de estratégias para uma migração gradual dos sistemas legados para a nova arquitetura.

Segundo a tendência mundial, no TRT da 7ª. Região, o desenvolvimento para a internet já é uma realidade. Quando da elaboração deste planejamento, o sistema de acompanhamento de processos virtuais foi disponibilizado para a comunidade. A virtualização dos processos judiciais trouxe consequências, tais como a explosão da quantidade de informações digitais. Os dados são a essência de qualquer ente, porém, o problema é o que fazer com eles. Segundo a International Data Corporation (IDC), as informações de uma corporação dobram a cada dezoito meses, levando os sistemas de armazenamento ao limite. A constante renovação de equipamentos e novas ferramentas para armazenar e processar as informações são desafios para os profissionais da tecnologia da informação, em especial, para a divisão de infraestrutura.

Outro aspecto a ser considerado é a gestão ambiental. A renovação periódica do parque de equipamentos de informática se traduz em uma oportunidade para o que se convencionou de chamar de TIC Verde. Assim, a STI pode contribuir com o meio ambiente com algumas “iniciativas verdes” como: 1) aquisição de equipamentos que emitem menos calor e, conseqüentemente, reduzem o consumo de energia com seu funcionamento e refrigeração; 2) gestão de documentos eletrônicos; e 3) redução de



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO

viagens com o uso de videoconferência.

Tecnologias para facilitar a integração de pessoas também são uma forte tendência nas corporações. Ferramentas de comunicação em grupo, *blogs*, *wikis* e redes sociais são bons exemplos de ferramentas neste segmento. Elas visam facilitar a disseminação ágil de informações e a aumentar a cooperação entre as diversas unidades organizacionais.

Se, por um lado, estas novas tecnologias mudarão para sempre nosso modo de encarar e nos relacionar com o mundo, por outro, trarão novas preocupações no que concerne à segurança da informação, principalmente, no que tange ao vazamento e ao furto de informações confidenciais. Como equilibrar as vantagens e desvantagens deste novo e inevitável futuro é uma questão inevitável. A governança de TIC nos ajuda neste sentido, alinhando as ações de TIC com o PEC e proporcionando a utilização dos recursos de TIC com a maior segurança, eficiência e eficácia possível.

Análise da situação atual: ambiente interno

Na análise da situação atual, foram utilizadas duas abordagens distintas. Na primeira, foi efetuado um levantamento amplo dos recursos de TIC do Tribunal, abrangendo pessoal, instalações, equipamentos e *softwares*. Na segunda abordagem, foi realizada uma pesquisa dirigida aos usuários internos e externos (Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/ Associação dos Advogados Trabalhistas do Ceará - ATRACE), cujo objetivo foi levantar o grau de satisfação com as condições de trabalho e serviços oferecidos atualmente pela STI. Complementarmente, efetuamos uma análise SWOT² com todos os colaboradores internos da STI.

Os resultados estão sistematizados abaixo:

1. Órgão

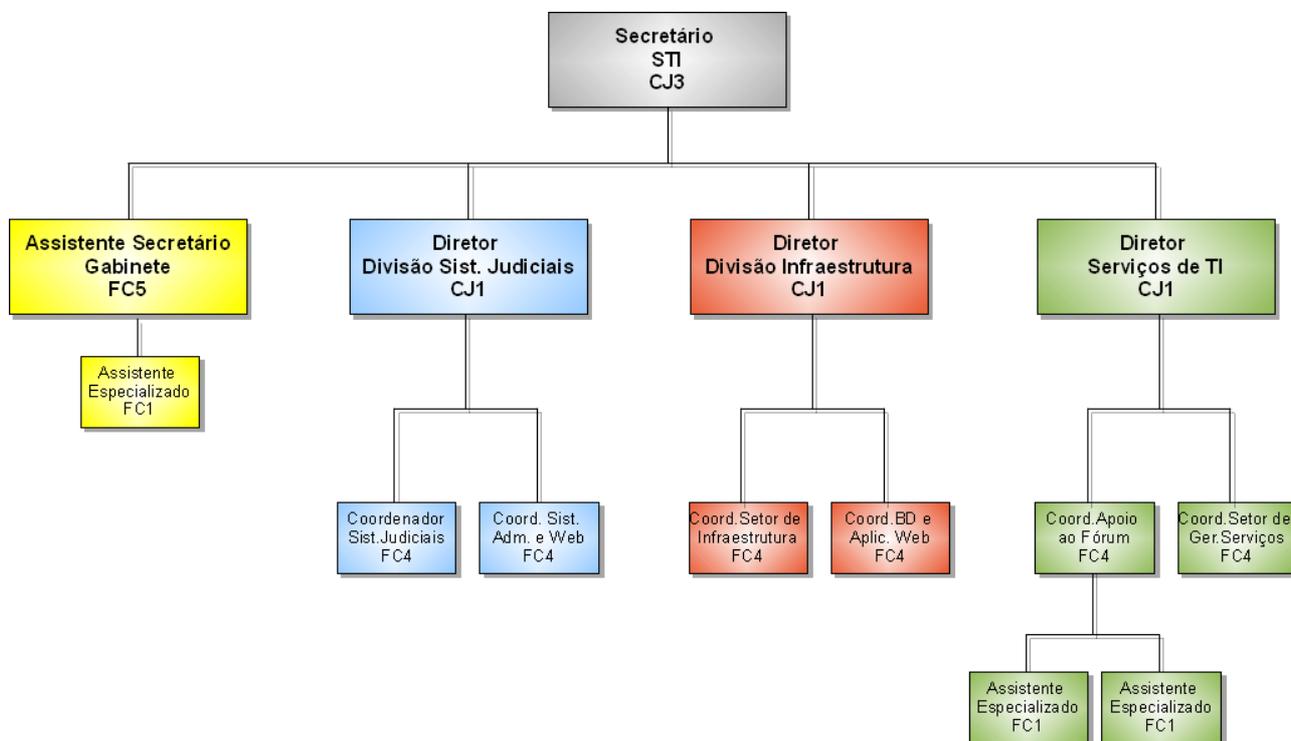
1.1 Responsável:
Joarez Dallago
joarez@trt7.jus.br

1.2 Posicionamento Hierárquico e Organograma da STI

2 Análise SWOT é uma ferramenta utilizada em análise de cenário ou de ambiente. O termo SWOT é um acrônimo de Forças (*Strengths*), Fraquezas (*Weaknesses*), Oportunidades (*Opportunities*) e Ameaças (*Threats*).



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO



1.3 Orçamento anual

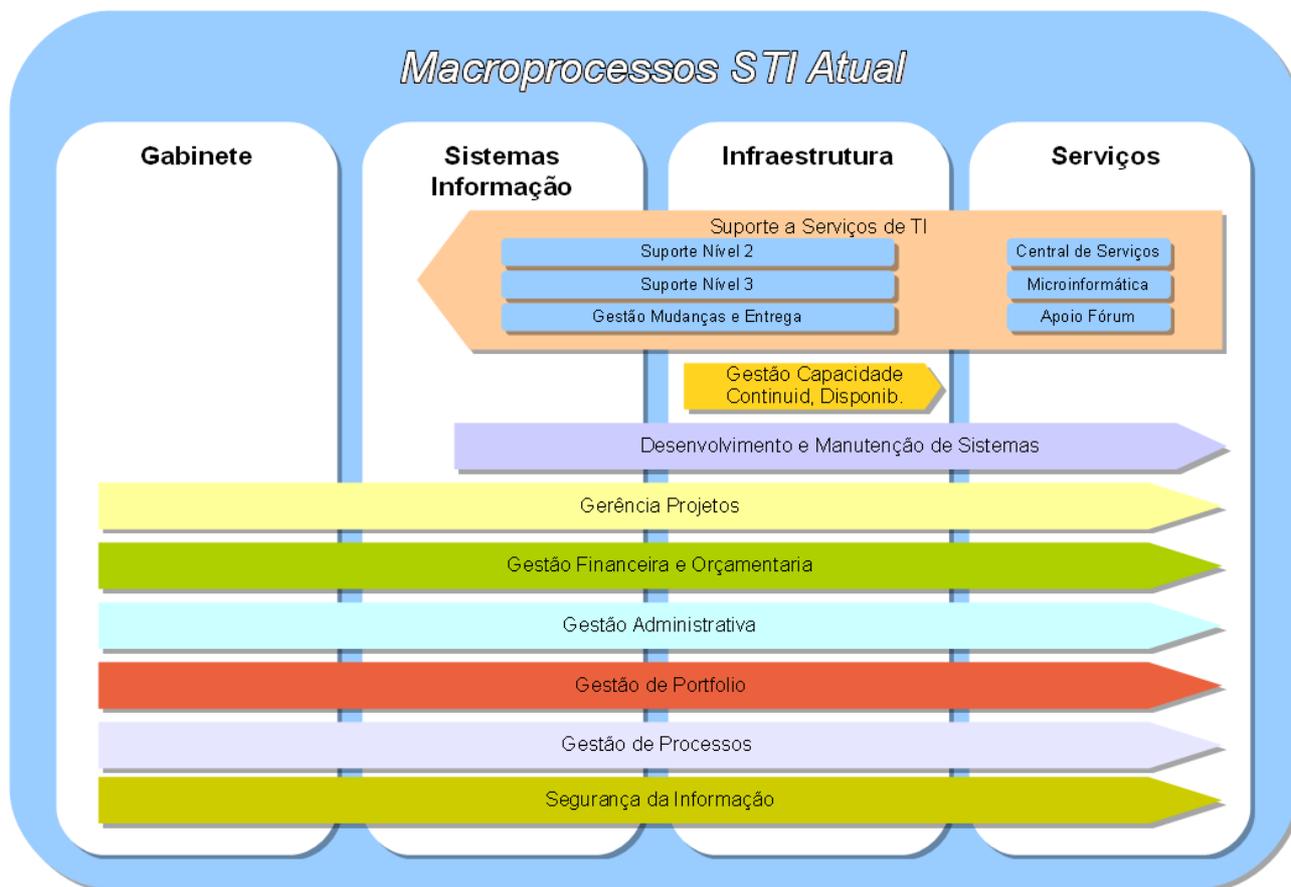
Pela falta de um PETI aprovado e em execução, a projeção orçamentária é feita de forma ad-hoc, a partir de estimativas de custo e de investimento. Um exemplo é a política de renovação do parque de informática, que prevê a substituição de 25% (vinte e cinco por cento) dos equipamentos a cada ano. A área tem se valido, constantemente, de recursos advindos dos convênios celebrados pelo TRT com a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil, que possibilitaram diversos investimentos, dentre eles destaca-se a aquisição de uma sala cofre, no valor de R\$ 1.350.000,00 (um milhão, trezentos e cinquenta mil).

Não existe um planejamento detalhado, bem como o controle da execução dos recursos orçamentários, demonstrando o impacto das despesas em ações estratégicas no negócio do Tribunal.

1.4 Macro processos atuais



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO



2 Recursos Humanos

2.1 Quantidade Total de Colaboradores Lotados na Área de TIC

Divisões	Analista Judiciário (Tecnologia Informação)	Analista Judiciário	Técnico Judiciário (Tecnologia Informação)	Técnico Judiciário	Terceiros	Estagiários	Total
Infraestrutura	0	0	8	2	4	0	14
Sistemas	4	0	11	2	5	0	22
Suporte	0	1	5	5	0	5	16
Gabinete	0	1	0	2	0	2	5
	4	2	24	11	9	7	57



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO

3 Projetos

3.1 Divisão de Serviços de Tecnologia da Informação

- 3.1.1 Atualização do parque de *notebooks*, microcomputadores, impressoras e multifuncionais do TRT, Fórum e Varas do Interior;
- 3.1.2 Implantação de processos gerenciamento de serviços com base na biblioteca ITIL;
- 3.1.3 Contratação de manutenção de pontos lógicos e elétricos de informática;
- 3.1.4 Implantação do sistema de ponto eletrônico – treinamento, implantação e suporte ao usuário;
- 3.1.5 Contratação de *links* de rádio para interligação do TRT ao Fórum, Varas de Caucaia, Maracanaú, Pacajus e Posto de Maranguape;
- 3.1.6 Implantação do posto de Maranguape;
- 3.1.7 Implantação da Central de Serviços do TRT;

3.1 Divisão de Sistemas da Informação

- 3.1.1 Implantação da Certidão de Crédito Trabalhista, conforme determina o Provimento nº 9/2009, modificado pelo Provimento nº. 01/2010.
- 3.1.2 Remessa do arquivo de processos à Procuradoria Regional do Trabalho (PRT) (processos enviados diariamente).
- 3.1.3 Implantação do sistema E-Gestão.
- 3.1.4 Implantação do Processo Digital.
- 3.1.5 Implantação do Portal de Serviços.
- 3.1.6 Criação do novo sítio eletrônico do Tribunal.

3.2 Divisão de Infraestrutura

3.2.1 Ambiente Windows

- 3.2.1.1 Atualização do Domínio do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região de Windows Server 2000 para 2008.
- 3.2.1.2 Atualização dos computadores servidores das varas do interior.
- 3.2.1.3 Instalação de infraestrutura necessária ao funcionamento do posto de Maranguape;
- 3.2.1.4 Instalação do novo File Server do Tribunal;
- 3.2.1.5 Instalação do novo Servidor de Aplicativos do Tribunal;

3.2.2 Ambiente Linux

- 3.2.2.1 Otimização das rotinas de *backup* e *recovery* com o uso do TSM.
- 3.2.2.2 Documentação de procedimentos e rotinas ;
- 3.2.2.3 Instalação sistema centralizado de monitoração (Colaborador);
- 3.2.2.4 Unificação da plataforma de virtualização;
- 3.2.2.5 Virtualização de servidores, incluindo documentação e “clusterização”;
- 3.2.2.6 Criação de um *virtual appliance* para monitoramento;
- 3.2.2.7 Instalação do ambiente E-CALC;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO

3.2.3 Rede e Infraestrutura

- 3.2.3.1 Alteração da topologia lógica da rede no Tribunal/ Fórum e documentação da topologia física;
- 3.2.3.2 Inclusão de sistema de prevenção de intrusos (*Intrusion Prevention System - IPS*);
- 3.2.3.3 Prover ferramenta local para monitoramento dos equipamentos/ *links* (central de atendimento, suporte e fórum);
- 3.2.3.4 Ligação do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região ao Cinturão Digital do Governo do Estado do Ceará.
- 3.2.3.5 Instalação de *racks* nas varas do interior;

3.2.4 Banco de Dados

- 3.2.4.1 Atualização do E-revista para versão 1.8.7;
- 3.2.4.2 Reorganização e substituição da estrutura de redes do *interconnect*, da conexão pública e dos *internet protocols (ips) vips* do Oracle;
- 3.2.4.3 Validação e reestruturação da política de *backup* de todos os Sistemas Gerenciadores de Bancos de Dados (SGBDs) Oracle;
- 3.2.4.4 Mudanças nas replicações com o TST, para utilização do *link* da Justiça do Trabalho;
- 3.2.4.5 Criação do ambiente de desenvolvimento do E-revista;
- 3.2.4.6 Criação de um processo formal de atualização de objetos nos Bancos de Homologação e Produção do TRT da 7ª. Região;
- 3.2.4.7 Criação do Oracle *real application clusters (RAC)* redundante, utilizando *data guard* da Oracle ;
- 3.2.4.8 Modificação do processo de segurança das aplicações do TRT da 7ª. Região;
- 3.2.4.9 Melhoramento do processo de monitoramento dos SGBDs;
- 3.2.4.10 Criação de ambientes de desenvolvimento e homologação para o banco de dados da internet ;
- 3.2.4.11 Criação de uma política formal de teste de *recovery* dos *backups* para todos os SGBDs;
- 3.2.4.12 Criação formal da política de segurança dos SGBDs;
- 3.2.4.13 Homologação de sistema operacional Linux RHEL 5 e Oracle 11g;

4 Serviços Mantidos

4.1 Gabinete

- 4.1.1 Gerência orçamentária.
- 4.1.2 Gerência de recursos humanos.
- 4.1.3 Elaboração de projetos básicos e termos de referência.
- 4.1.4 Planejamento estratégico.
- 4.1.5 Governança de TI.
- 4.1.6 Gerência de projetos.
- 4.1.7 Escritório de segurança da informação.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO

4.2 Divisão de Sistemas da Informação

4.2.1 Desenvolvimento e manutenção dos sistemas proprietários e nacionais.

4.2.2 Desenvolvimento e manutenção dos sítios da Internet e intranet.

4.2.3 Fornecimento de dados estatísticos.

4.3 Divisão de Serviços de Tecnologia da Informação

4.3.1 Atendimento remoto e presencial de incidentes de microinformática (primeiro e segundo níveis), de sistemas de informação e infraestrutura (primeiro nível).

4.3.2 Instalação e configuração de estações de trabalho.

4.3.3 Gerenciamento de assistência técnica dos equipamentos em garantia.

4.3.4 Gerenciamento da central de serviços.

4.3.5 Instalação física de equipamentos de microinformática (TRT, Fórum e Interior).

4.3.6 Mudança de equipamento de local, troca de cabos lógicos e elétricos.

4.3.7 Controle patrimonial e de distribuição dos equipamentos de microinformática.

4.3.8 Classificação, separação e encaminhamento de equipamentos para desfazimento.

4.4 Divisão de Infra-estrutura

4.4.1 Ambiente Windows

4.4.1.1 Instalação, configuração e monitoramento de servidores Windows;

4.4.1.2 *Troubleshooting* de rede e serviços em ambientes Windows;

4.4.1.3 Gerenciamento e monitoramento de *Storage* IBM;

4.4.1.4 Implementação de diretivas de seguranças.

4.4.1.5 Suporte a usuários nível 2 e 3.

4.4.2 Ambiente Linux

4.4.2.1 Gerenciamento/ *Troubleshooting* das soluções TSM, BRMA, *CheckPoint* e Vmware ESXi.

4.4.2.2 Instalação e configuração de servidores Linux;

4.4.2.3 *Troubleshooting* de rede e serviços;

4.4.2.4 Gerenciamento dos serviços de Openfire(Comun. Interno), Jboss(Ser. de aplicação), *Subversion* (Repositório *Softwares*), Project .Net, Joomla (novo site internet);

4.4.2.5 Acompanhamento dos *Backups* "a quente" das VMs (*Virtual Machines*);

4.4.2.6 Instalação de servidores virtuais;

4.4.3 Rede e Infraestrutura

4.4.3.1 Gerenciamento do parque de *switchs* e roteadores (*links*);

4.4.3.2 Monitoramento de *links* (Embratel, Tectreina, Wirelink, Oi);

4.4.3.3 Roteamento das redes;

4.4.3.4 Instalação e manutenção de novos pontos lógicos/elétricos;

4.4.3.5 Monitoramento e gerenciamento de IPS, da sala cofre e de pacotes de dados na rede do Tribunal.;

4.4.4 Banco de Dados



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO

- 4.4.4.1 Gerenciamento do Banco de Dados do E-Revista;
- 4.4.4.2 Gerenciamento do Banco de Dados do E-Doc;
- 4.4.4.3 Gerenciamento do RAC-Oracle;
- 4.4.4.4 Gerenciamento do Grid Control;

5 Contratos fiscalizados pela STI

5.1 Divisão de Sistemas da Informação

5.1.1 Contrato com a IVIA Serviços de Informática Ltda. para terceirização de mão-de-obra.

5.2 Divisão de Suporte

- 5.2.1 Microcomputadores e monitores Lenovo;
- 5.2.2 Impressoras Samsung;
- 5.2.3 Microcomputadores Itautec;
- 5.2.4 *Notebooks* Lenovo;
- 5.2.5 Impressora laser Lexmark;
- 5.2.6 *Scanners* de produção;
- 5.2.7 Microcomputadores Itautec – Doação TST;
- 5.2.8 Impressoras Multifuncionais;
- 5.2.9 Microcomputadores e *notebooks*;
- 5.2.10 *Scanners* de produção.

5.3 Divisão de Infra-estrutura

- 5.3.1 *Link* de Dados MPLS – TRT/ Varas - Embratel
- 5.3.2 *Link* de Dados MPLS – TRT/TST - Embratel
- 5.3.3 *Link* de Dados Internet – TRT/ Internet - *Wirelink*
- 5.3.4 *Link* de Dados Internet – TRT/ Internet - Oi
- 5.3.5 *Link* de Dados – TRT/ Posto avançado Aracati - *Wirelink*
- 5.3.6 *Link* de Rádio – TRT/Fórum/Maracanaú/Caucaia/Pacajus - Tectreina
- 5.3.7 *Software* Officescan Anti-vírus – Tradein tecnologia/R2 *connect*
- 5.3.8 *Software* BRMA *Webmail*, *Firewall* e – Lybert
- 5.3.9 Servidores DELL - Tecnocomp
- 5.3.10 *Storage* e *Type Library* IBM - IBM
- 5.3.11 Terceirização de Mão-de-obra Windows, Linux, Redes e Banco de Dados – Lanlink
- 5.3.12 Sala-cofre – ACECO-TI
- 5.3.13 *Modens* 3g - Vivo

6 Conclusões

A análise da situação atual STI indicou que ela administra um parque computacional extenso, com mais de 3000 equipamentos, e um corpo funcional capacitado, contando



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO

com 57 servidores.

Constatamos que há pontos fortes como, por exemplo, o fato que os computadores servidores possuem poder computacional (p.e. armazenagem, capacidade de processamento etc.) adequado e encontram-se atualizados e cobertos por contratos de garantia ou suporte dos seus respectivos fornecedores.

Por outro lado, observamos que há necessidades de melhorias relevantes. A formalização e racionalização dos processos de trabalho da STI, a implantação de uma nova estrutura organizacional e a implantação da cultura da gestão estratégica de portfólio e da gestão por projetos são apenas algumas das questões onde necessariamente precisamos evoluir para conseguir fornecer as soluções e os serviços computacionais requeridas por este Tribunal.

Nas próximas três seções apresentamos a conclusão da análise da situação atual das divisões de Suporte, Infraestrutura e Sistemas.

6.1 Divisão de Sistemas da Informação

Motivada pela implantação da numeração única dos processos normatizada pelo CNJ, a Divisão de Sistemas da Informação está concluindo a estabilização dos sistemas: Sistema de Administração de Processos Trabalhistas de 1ª Instância (SPT1) e de 2ª Instância (SPT2). Simultaneamente, há diversas ações no sentido de mapear os processos de trabalho, incluindo aquelas na área de gerência de projetos e gerência de configuração. O intuito é produzir uma metodologia de desenvolvimento e manutenção de sistemas; contudo, é indispensável envidar esforços para reduzir o tempo de elaboração e implantação da referida metodologia. Mais ainda, é necessário investir na refatoração e documentação dos sistemas existentes, a fim de facilitar sua manutenção.

6.2 Divisão de Suporte

6.2.1 Central de Serviços

A Divisão está estruturando a Central de Serviços do Regional, que deverá ser o ponto único de contato da STI com os usuários internos e externos.

Apesar da Secretaria ter recebido o incremento de 25 servidores do Quadro, enfrenta dificuldades para ocupar seis postos, que considera necessários para o correto funcionamento da Central durante as onze horas de expediente do Regional. É mister também, que a Central seja capaz não apenas de registrar chamados de usuários, como também de gerenciar os incidentes de 1º e 2º níveis (mínimo de 70% do total). As responsabilidades adicionais serão, neste caso: detectar e registrar incidentes, classificá-los, investigar a solução, resolver e recuperar a operação normal do serviço, fechar, documentar e comunicar o incidente aos usuários e demais áreas técnicas interessadas.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO

6.2.2 Recursos de *Hardware*

A Divisão de Suporte tem trabalhado sempre com a perspectiva de atualizar 25% do parque de microinformática. Essa prática vem se demonstrando satisfatória, sobretudo no que se refere à economia com contratações de manutenção de equipamentos, que se tornam obsoletos tecnologicamente em um prazo médio de quatro anos.

A Divisão tem encontrado alguma dificuldade na manutenção do parque de impressoras à laser, multifuncionais e *scanners*, face a multiplicidade de modelos adquiridos. Tais equipamentos necessitam, além dos *tonners* e “fusores”, de kits de manutenção, que muitas vezes terminam sua vida útil durante a vigência da garantia e não são cobertos por ela. O mercado vem apontando há um bom tempo para a solução de “*outsourcing*” de impressão, que significa o fornecimento de equipamentos através de contrato de locação, acompanhados de suprimento, manutenção e atualização, a cada quatro anos, pela contratada. O CSJT, na última plenária de diretores de informática, apresentou um *case* de sucesso desse modelo de contratação, que ocorreu na 18ª Região, que trouxe economia significativa ao órgão.

6.2.3 Recursos de *Software*

Os *softwares* instalados atualmente nas estações de trabalho dos usuários atendem às demandas presentes. Convém frisar, no entanto, a necessidade de iniciarmos estudos para migração do sistema operacional MS-XP, instalado em todas as estações de trabalho, para o Windows 7 ou Linux, uma vez que, a partir de 2014, a Microsoft descontinuará a manutenção desse sistema operacional.

6.2.4 Serviços Mantidos por área de atuação

Os servidores que tomaram posse recentemente trouxeram um incremento significativo à força de trabalho aos setores de suporte (TRT, Interior e Fórum), principalmente em função do excelente conhecimento técnico que possuem. Apesar deste incremento, permanecemos com carência de mão-de-obra especializada, sobretudo porque o parque de microinformática do Tribunal, que já passa de três mil equipamentos, demanda intervenções (remotas ou presenciais). Outro fator que aumenta a demanda por recursos é que a cada ano substituímos 25% do parque de microinformática, o que implica a necessidade de movimentar quantidade equivalente a cinquenta por cento do parque, no processo de substituição. Os setores de suporte, que incluem a Central de Serviços, necessitam de pelo menos mais sete estagiários e dois servidores do Quadro.

6.2.5 Projetos por área de atuação

A cultura de projetos está se implantando na Secretaria e necessita ser trabalhada



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO

através de treinamentos voltados para metodologia e *software* específico.

6.2.6 Contratos Fiscalizados pela Divisão de Suporte

A Divisão de Suporte atualmente fiscaliza os contratos de garantia afetos à sua área. Não foi identificada, até o presente momento, a necessidade de terceirização de serviços específicos.

6.3 Divisão de Infraestrutura

6.3.1 Recursos Humanos

Como é a política da Divisão de Infraestrutura, possuir dois servidores do Quadro e um terceirizado em cada área de atuação nossa - Rede, Segurança, Windows, Linux e Banco de Dados - garante a continuidade dos serviços. Para executar essa política, a demanda da Divisão seria, então, de mais três servidores, distribuídos da seguinte forma:

Um no ambiente Linux;
Um no Banco de Dados;
Um na Segurança.

No tocante aos estagiários para a Divisão, dez seria um número adequado, sendo alocados cinco por turno.

6.3.2 Recursos de *Hardware*

Esta Divisão executa um trabalho muito forte de virtualização de computadores servidores, otimizando os recursos existentes, visto que uma parte substancial do parque está fora de garantia. Por conseguinte, aproximadamente vinte por cento das aquisições planejadas para o restante do ano de 2010 e todo o ano de 2011 não serão necessárias.

Ativos de rede serão, provavelmente, necessários. No interior serão utilizados para aumentar a velocidade das redes das varas para *Gigabit* e na capital, especificamente no prédio sede, outros ativos deverão ser adquiridos para atender ao novo desenho da rede do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região. O Fórum foi recentemente atualizado, não necessitando qualquer nova aquisição.

6.3.3 Recursos de *Software*

As necessidades do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região no tema *software* vão depender de qual política será adotada pelo projeto Nacional de Informatização e o PETI do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO

Os aplicativos em uso atendem a atual demanda. Com o atual quadro de servidores, poderemos, finalmente, manter o que está instalado e garantir a continuidade e a segurança das informações sob nossa guarda.

6.3.4 Serviços Mantidos por Área de Atuação

Os servidores que recentemente entraram em exercício estão em processo de aprendizado do “negócio TRT”, são muito bem capacitados, alocados em seus postos de trabalho e já estão produzindo. Contudo, deverão utilizar o ano de 2010 e parte de 2011 para aplicar, de fato, a totalidade de suas capacidades.

6.3.5 Projetos por área de atuação

Foi verificado que há vários projetos que foram iniciados extra-oficialmente, em função da falta da cultura de gerenciamento de projetos e de ferramentas de gestão de portfólio e projetos.

6.3.6 Contratos Fiscalizados pela Divisão de Infraestrutura

Está em curso um processo de descentralização da atual forma de controlar os contratos da área de TIC. Gradualmente, a Divisão de Infraestrutura está assumindo todos os contratos que são hoje controlados pela STI.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO

Diretrizes Estratégicas de TI

DIRETRIZES
Transparência
Celeridade e racionalização
Maior capilaridade do Judiciário - Canais de atendimento eletrônicos
Governança de TIC
Segurança da informação
Software livre
Inovação tecnológica
Capacitação
Conformidade com atos regulatórios
Confiabilidade
Integração do Judiciário – interoperabilidade
Interação forte com os usuário – TIC orientada ao usuário



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO

Análise SWOT

NA CONQUISTA DO OBJETIVO

		AJUDA	ATRAPALHA
ORIGEM DO FATOR	INTERNA (organização)	Parque tecnológico moderno.	Segurança da informação inadequada (física e lógica).
		Domínio da regra do negócio por parte dos funcionários com mais tempo de serviço.	Ausência de processos e padrões formais, de ferramentas de apoio às atividades da STI e de métricas de desempenho, gerando pressão desnecessária para a equipe.
		Servidores recém-contratados atualizados tecnologicamente.	Capacitação deficiente em tecnologias chaves para o Tribunal.
		Equipe da STI comprometida com a eficiência e eficácia da secretaria.	Falta de pessoal em alguns setores.
		Equipe multidisciplinar com visão heterogênea.	Desconhecimento da regra do negócio por parte dos servidores novos.
		Reconhecimento do potencial dos novos servidores por parte daqueles com mais tempo de serviço.	Dificuldade de aquisição de suprimentos e equipamentos.
		Motivação dos servidores novos para crescer profissionalmente.	Utilização de tecnologias obsoletas em sistemas e serviços importantes.
		Bom relacionamento interpessoal entre servidores.	Pontualmente há dificuldade para exposição de novas ideias/opiniões.
		Sentimento generalizado da necessidade e oportunidade de melhoria da situação atual da STI.	Há casos onde o conhecimento de sistemas/negócio está concentrado nas mãos de um único terceiro/servidor.
			Necessidade de capacitação dos gestores em gestão, com ênfase na gestão de pessoas.
			Comunicação interna e externa deficiente na STI.
			Gestores exercendo funções técnicas em detrimento das atividades gerenciais.
			Ambiente de trabalho insalubre, móveis anti ergonômicos, reduzindo a capacidade laborativa. A secretaria se encontra dispersa.
			Links de comunicação com o interior e Internet subdimensionados.
ORIGEM DO FATOR	EXTERNA (ambiente)		Deficiência na capacitação dos clientes de TI.
			Planejamento de médio e longo prazo inexistente, gerando dificuldade na definição de prioridades.
			Adoção frequente de soluções paliativas e inapropriadas devido a restrições de prazo e recursos.
		Apoio dos órgãos superiores do Judiciário na obtenção de recursos de TI, incluindo sistemas, equipamentos, capacitação e padrões.	Defasagem salarial pode aumentar a rotatividade (turn-over).
		Avanços tecnológicos expressivos e constantes.	Possíveis quebras de cláusulas contratuais por parte de fornecedores de TI.
		Apoio da alta administração deste Tribunal para com a STI.	Ausência de suporte/treinamento e documentação deficiente dos sistemas nacionais e daqueles obtidos em outros regionais.
		Intercâmbio de soluções e ideias com outros Tribunais.	Intensificação de atos regulatórios gerando demandas adicionais para a STI.
		Busca pelos jurisdicionados e setores do Tribunal por tecnologia.	Potencial descontinuidade do suporte técnico das tecnologias utilizadas.
		Incentivos governamentais ligados ao mercado de TI como por exemplo a elaboração de políticas, padrões, tecnologia livres etc.	Imagem desgastada da STI perante os seus clientes gera descrença e dificulta a obtenção de apoio de outras divisões.
		Convênios com outras instituições para o fornecimento de recursos materiais e financeiros, a exemplo dos convênios com Banco do Brasil e CEF.	Atroca periódica da alta gestão do Tribunal pode gerar descontinuidade nos projetos e ações da STI.
	Baixo nível de inclusão digital da população em geral o que dificulta a implantação de serviços de TI.		
	Não há uma definição clara quanto ao planejamento das soluções nacionais.		
	Processos licitatórios para aquisição de treinamentos, softwares e equipamentos lentos e difíceis.		
	Falta de participação dos usuários nos processos e procedimentos de TI.		
	Dificuldade de obtenção de meio de transporte para atendimentos no interior.		



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO

GAP's Estratégicos de TI

GAP's ³
1.Cultura de planejamento estratégico de TIC não disseminada.
2.Falta de cultura de gerenciamento por projetos.
3.Processos de governança empíricos. Falta de indicadores de desempenho da TIC.
4.Orçamento não planejado e controlado pela TIC.
5.Inexistência de plano de comunicação de TIC.
6.Gestão de recursos humanos ad-hoc.
7.Baixa aderência a padrões de mercado no desenvolvimento de sistemas. Processos não formalizados.
8.Gestão das aquisições não formalizada e sem estrutura especializada de TIC.
9.Arquitetura atual da informação não formalizada.
10.Direcionamento tecnológico para desenvolvimento de sistemas não formalizados. Padrão de arquitetura de sistemas inexistente.
11.Central de serviços não consolidada. Falta de visibilidade para os usuários.
12.Governança do portfólio de serviços de TIC ad-hoc. Inexistência de SLA's. ⁴
13.Processos de gestão de requisições, acessos, incidentes, problemas, mudanças, liberação e gerência de configuração não documentados. Segregação de funções deficiente.
14.Gerência de capacidade, continuidade e disponibilidade não formalizada.
15.Falta de capacitação da equipe técnica em tecnologias importantes para o Tribunal.
16.Concentração de informações (regra de negócio e tecnologia) e falta de documentação.
17.Falta de programa de estágio formal. Demanda por estagiários não atendida.
18.Setores com restrições de recursos humanos.
19.Ambiente de trabalho não adequado (móveis, ar-condicionado, TIC distribuída em vários locais etc).
20.Segurança da informação empírica.
21.Inconsistência e redundância de dados do SPT1 e SPT2. Necessidade de refatoração da base de dados.

3 *Gap* ou lacuna.

4 SLAs são *Service Level Agreements*



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO

22.Sistemas SPT1 e SPT2 em fase de estabilização e com baixa resiliência.
23.Treinamento dos usuários finais deficiente.
24.Redes locais das varas do interior desatualizadas e <i>links</i> lentos, inclusive Internet.
25.Gestão patrimonial dos equipamentos de TIC ineficiente.

Norteadores: Missão, Visão e Valores

Definição de Missão

Missão é a declaração de propósito ampla e duradoura, que individualiza e distingue a razão de ser da organização, definindo elementos essenciais de sua identidade institucional.

Missão da STI

Prover soluções de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC), necessárias ao cumprimento da missão institucional do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, por meio da adoção das melhores práticas de gestão.

Definição de Visão

Visão de futuro refere-se à imagem instigante do futuro desejado para a organização em um dado horizonte de tempo, geralmente de longo prazo; conjunto compartilhado de intenções estratégicas, desafiantes, porém plausíveis, relativas a esse futuro.

Visão da STI

Ser reconhecido, até 2014, pela excelência dos serviços e soluções de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC).

Definição de Valores

Valores são crenças, costumes e idéias em que a maioria das pessoas da organização acredita. Os valores permeiam todas as atividades e relações existentes na organização e desta com os clientes. Constituem uma fonte de orientação e inspiração no local de trabalho. São elementos motivadores que direcionam as ações das pessoas na organização, contribuindo para a integração e a coerência do trabalho.

Valores da STI

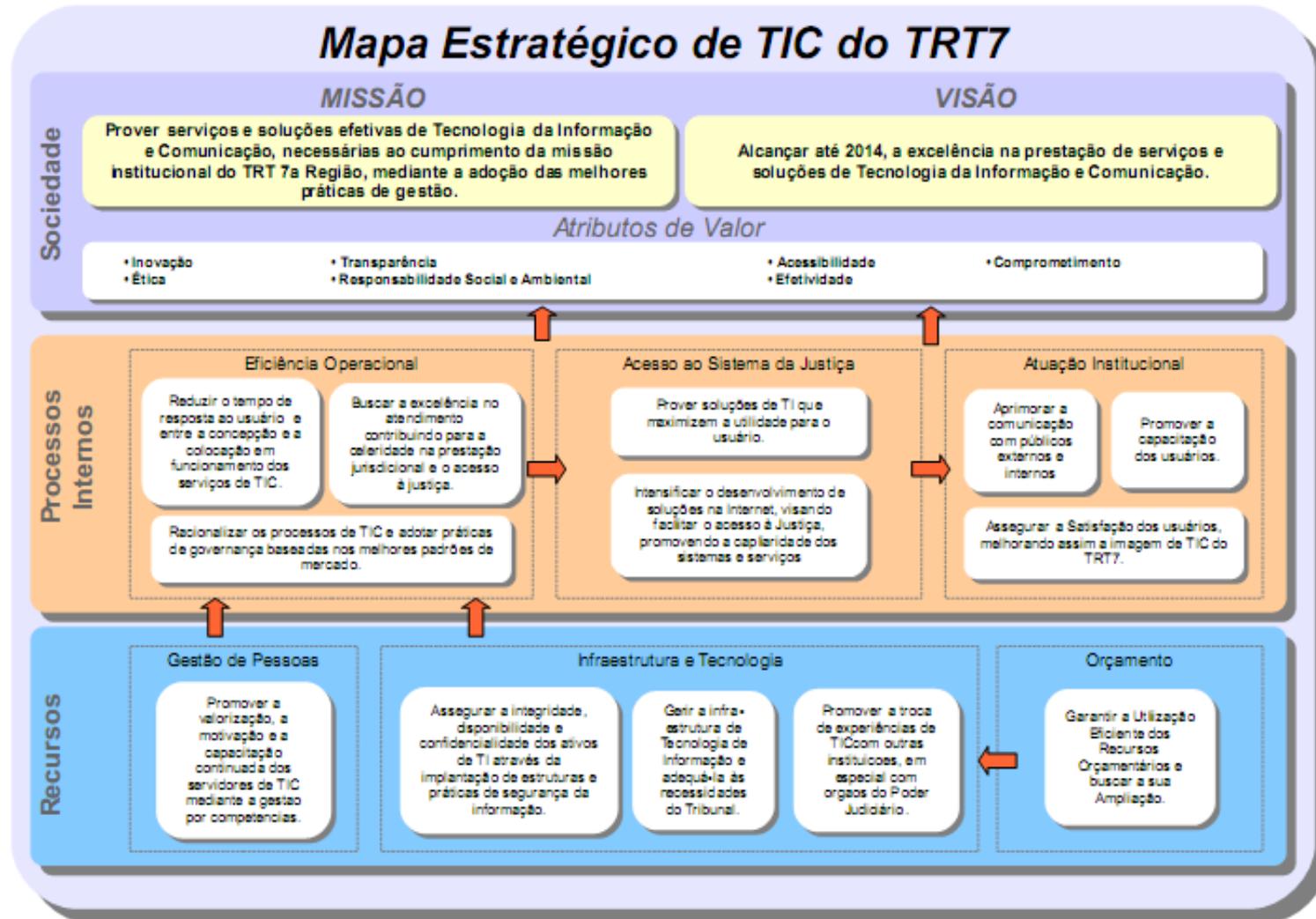
- Celeridade
- Inovação



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO

- Ética
- Transparência
- Responsabilidade Social e Ambiental
- Cooperação
- Imparcialidade
- Acessibilidade
- Probidade
- Pró-atividade
- Qualidade em serviços

Mapa Estratégico da STI





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO

Objetivos Estratégicos de TI

Descrição
1.Reduzir o tempo de resposta ao usuário e entre a concepção e a colocação em funcionamento dos serviços de TIC.
2.Prover soluções de TIC que maximizem a utilidade para o usuário.
3.Intensificar o desenvolvimento de soluções na internet, visando facilitar o acesso à Justiça, promovendo a capilaridade dos sistemas e serviços.
4.Promover a valorização, a motivação e a capacitação continuada dos servidores de TIC mediante a gestão por competências.
5.Assegurar a integridade, disponibilidade e confidencialidade dos ativos de TIC através da implantação de estruturas e práticas de segurança da informação.
6.Racionalizar os processos de TIC e adotar práticas de governança baseadas nos melhores padrões de mercado.
7.Gerir a infraestrutura de Tecnologia de Informação e adequá-la às necessidades do Tribunal.
8.Assegurar a Satisfação dos usuários, melhorando assim a imagem de TIC do TRT da 7ª.
9.Aprimorar a comunicação com públicos externos e internos.
10.Promover a capacitação dos usuários.
11.Promover a troca de experiências de TIC com outras instituições, em especial com órgãos do Poder Judiciário.
12.Garantir a utilização eficiente dos recursos orçamentários e buscar a sua ampliação.
13.Buscar a excelência no atendimento contribuindo para a celeridade na prestação jurisdicional e o acesso à justiça.

Impacto dos Objetivos Estratégicos de TIC nos do PEC do TRT7

	1 - Garantir celeridade e mecanismos que propiciem eficiência na prestação jurisdicional, com ênfase na execução, assegurando a razoável duração do processo.	2 - Racionalizar a alocação de pessoas, bem como a aplicação e utilização de materiais, bens e serviços, visando à eficiente aplicação de recursos nos serviços judiciais.	3 - Racionalizar, padronizar e simplificar fluxos, rotinas e procedimentos administrativos, de modo a elevar a produtividade e tornar mais efetiva a prestação jurisdicional.	4 - Aproximar o Poder Judiciário Trabalhista da sociedade, aumentando sua capilaridade no Estado.	5 - Ampliar e fortalecer ações que promovam qualidade de vida e responsabilidade social com foco nas áreas de meio ambiente, educação, cultura, esporte e cidadania.	6 - Assegurar a continuidade da gestão estratégica voltada para resultados, alinhada às estratégias do Poder Judiciário Nacional.	7 - Intensificar a articulação jurisdicional, estreitando relações e construindo parcerias que contribuam para a melhoria na prestação jurisdicional.	8 - Melhorar e ampliar os processos de difusão de informações, visando uma comunicação integrada para o fortalecimento da imagem da instituição.	9 - Investir na capacitação continuada, na valorização e na elevação dos níveis de motivação e comprometimento de magistrados e servidores, para alcançar a excelência na prestação jurisdicional.	10 - Prover infra-estrutura material, tecnológica e de segurança adequadas ao cumprimento do missão institucional.	11 - Elevar a efetividade da aplicação da tecnologia da informação, com foco no aperfeiçoamento e na ampliação do número de sistemas e de seu uso interno e externo, com a disseminação do conhecimento técnico adequado aos seus usuários.	12 - Incrementar a provisão de recursos financeiros, bem como participar a gestão e a execução organizacional participativa, a fim de cumprir as metas estabelecidas pela instituição. O mapa estratégico é a representação gráfica dos resultados que a instituição precisa alcançar no horizonte de tempo considerado para concretizar a sua identidade organizacional.
1.Reduzir o tempo de resposta ao usuário e entre a concepção e a colocação em funcionamento dos serviços de TI.	X	X	X	X					X	X		
2.Prover soluções de TI que maximizem a utilidade para o usuário.	X	X	X	X		X			X	X		
3.Intensificar o desenvolvimento de soluções na Internet, visando facilitar o acesso à Justiça, promovendo a capilaridade dos sistemas e serviços.				X								
4.Promover a valorização, a motivação e a capacitação continuada dos servidores de TIC mediante a gestão por competências.					X							
5.Assegurar a integridade, disponibilidade e confidencialidade dos ativos de TI através da implantação de estruturas e práticas de segurança da informação.	X	X	X					X	X	X		
8.Racionalizar os processos de TIC e adotar práticas de governança baseadas nos melhores padrões de mercado.	X	X	X		X	X	X	X	X	X	X	
7.Gerir a Infra-estrutura de Tecnologia de Informação e adequá-la às necessidades do Tribunal.	X	X	X	X			X		X	X		
8.Assegurar a Satisfação dos usuários, melhorando assim a imagem de TIC do TRT7.							X	X				
9.Aprimorar a comunicação com públicos externos e internos.		X		X	X	X	X			X		
10.Promover a Capacitação dos Usuários.										X		
11.1.Promover a troca de experiências de TIC com outras instituições, em especial com órgãos do Poder Judiciário.	X	X	X				X			X		
12.Garantir a Utilização Eficiente dos Recursos Orçamentários e buscar a sua Ampliação.						X			X	X	X	
13.Buscar a excelência no atendimento contribuindo para a celeridade na prestação jurisdicional e o acesso à justiça.						X		X		X		

Indicadores e Metas

Esta seção apresenta os indicadores estratégicos agrupados pelos objetivos estratégicos ao qual estão ligados. As metas apresentadas para o período 2011-2014 estabelecem uma linha de base para avaliar a efetividade das ações e projetos a serem implementados alinhados com os objetivos estratégicos.

A efetividade da aplicação dos indicadores do PETIC foi avaliada, em 2011 e 2012, por meio de Reuniões de Análise Estratégia (RAE-TIC) realizadas entre a STI e a Comissão de Informática. Abaixo são apresentados os indicadores e metas já considerados os ajustes estabelecidos nas RAE's.

Objetivo Estratégico: 1 - Reduzir o tempo de resposta ao usuário e entre a concepção e a colocação em funcionamento dos serviços de TI.

#	Indicadores	Metas			
		2011	2012	2013	2014
1.1	Percentual de projetos de TIC dentro do prazo, escopo e orçamento. Σ (Projetos entregues dentro do prazo, escopo e orçamento) / Total de Projetos entregues no período. Periodicidade: trimestral	X*1,05	X*1,1	X*1,15	X*1,2

Objetivo Estratégico: 2 - Prover soluções de TIC que maximizem a utilidade para o usuário

#	Indicadores	Metas			
		2011	2012	2013	2014
2.1	Percentual de projetos de desenvolvimento de sistema entregues Σ (projetos de TIC demandados) / Σ (projetos de TIC entregues) Periodicidade: trimestral	20%	30%	50%	80%
2.2	Percentual de problemas em produção por aplicação que causem períodos perceptíveis de indisponibilidade Σ (problemas em produção por aplicação que causem períodos perceptíveis de indisponibilidade) / Σ (problemas ocorridos). Considerar período perceptível de Indisponibilidade superior a 10 minutos no horário de 07:30 às 18:30 horas. Registro pela Central de Serviços do Tribunal. Considerar: Serviço de Acesso à Internet; de Correio Eletrônico; Acessos à Sites; SPT1, SPT2, PJE, Portal de Serviços, Mentorh Periodicidade: mensal	-	10%	7,0%	4%

Objetivo Estratégico: 3 - Intensificar o desenvolvimento de soluções na Internet, visando facilitar o acesso à Justiça, promovendo a capilaridade dos sistemas e serviços.

#	Indicadores	Metas			
		2011	2012	2013	2014
3.1	Quantidade de transações efetuadas através da Internet. Σ (transações efetuadas através Internet) Periodicidade: mensal As seguintes funcionalidades disponibilizadas pelo sistemas do TRT são consideradas transações: Uma consulta processual, consulta a petições, consulta a uma das peças processuais , carga programada, o agendamento de sustentação oral e o envio de uma petição inicial ou incidental .	X*1,1	X*1,2	X*1,3	X*1,4
3.2	Percentual de processos judiciais novos iniciados através do Portal de Serviços Σ (processos novos iniciados pelo portal de serviços) / Σ (processos novos)*100 Periodicidade: mensal	40%	70%	85%	100%
3.3	Percentual de serviços disponibilizados pela Internet (total de serviços na Web/total de serviços)*100 Periodicidade: semestral	X	X	X	80%
3.4	Percentual de Varas do Trabalho com o Processo Judicial Eletrônico Implantado	0	10%	40%	70%

	Σ (Varas do Trabalho com PJE implantado) / Σ (Varas do Trabalho)*100 Periodicidade: mensal				
--	---	--	--	--	--

Objetivo Estratégico: 4 - Promover a valorização, a motivação e a capacitação continuada dos servidores de TIC mediante a gestão por competências.

#	Indicadores	Metas			
		2011	2012	2013	2014
4.1	<p>Índice de satisfação de servidores da STI com o ambiente de trabalho.</p> <p>Medido através de pesquisa de satisfação quantitativa com índice de satisfação variando entre 1 e 5, onde 1 é o pior e 5 o melhor índice.</p> <p>Periodicidade: semestral</p>	60% entre índice 3 e 4	70% entre índice 3 e 4	75% entre índice 3 e 4	80% entre índice 3 e 4
4.2	<p>Percentual de servidores da STI com plano de desenvolvimento pessoal formalizado e em execução.</p> <p>Σ (servidores que possuem plano de desenvolvimento pessoal em andamento) / Σ (servidores da STI)</p> <p>Periodicidade: anual</p> <p>Pressupõe o desenvolvimento do plano de desenvolvimento pessoal dos servidores da STI.</p>	30%	50%	80%	80%

Objetivo Estratégico: 5 - Assegurar a integridade, disponibilidade e confidencialidade dos ativos de TIC através da implantação de estruturas e práticas de segurança da informação.

#	Indicadores	Metas			
		2011	2012	2013	2014
5.1	Taxa de conformidade com a política de segurança. $\frac{\Sigma(\text{Artigos da PSTI implementados})}{\Sigma(\text{Artigos previstos na PSTI})} * 100$ Periodicidade: trimestral	25%	45%	65%	85%
5.2	Taxa de estações de trabalho infectadas $\frac{\text{(Quantidade de estações infectadas / Total de estações do TRT7)}}{100} *$ Periodicidade: mensal	7,0%	6,5%	6,0%	5,5%

Objetivo Estratégico: 6 - Racionalizar os processos de TIC e adotar práticas de governança baseadas nos melhores padrões de mercado.

#	Indicadores	Metas			
		2011	2012	2013	2014
6.1	<p>Níveis do MPS.BR obtidos</p> <p>Implantação de todos os processos previstos nos respectivos níveis do MPS.BR.</p> <p>Periodicidade: anual</p>	Nível G	Nível G	Nível F	Nível E
6.2	<p>Implantação de onze processos previstos no ITIL. Os processos considerados são com as respectivas expectativas de implantação:</p> <p>Em 2011:</p> <ul style="list-style-type: none"> •Acesso •Requisições •Incidentes •Acordo de Nível de Serviços <p>Em 2012:</p> <ul style="list-style-type: none"> •Problemas •Gerência de Configuração •Liberação •Mudanças <p>•Em 2013:</p>	36%	72%	100%	100%

	<ul style="list-style-type: none"> •Capacidade •Disponibilidade •Continuidade <p>Periodicidade: anual</p>				
6.3	<p>Percentual médio de aderência às práticas de gerência de projetos.</p> <p>$\Sigma(\text{percentuais de aderência cada projeto}) / \text{quantidade de projetos avaliados}$</p> <p>Os percentuais de aderência serão determinados por avaliação, através de lista de verificação.</p> <p>Periodicidade: mensal</p>	70%	80%	85%	90%

Objetivo Estratégico: 7 - Gerir a infraestrutura de Tecnologia de Informação e adequá-la às necessidades do Tribunal.

#	Indicadores	Metas			
		2011	2012	2013	2014
7.1	Percentual do parque de equipamentos de microinformática instalado coberto por garantia ou contrato de suporte equivalente Σ (componente de infra sem suporte) / Σ (componentes de infra)*100 Periodicidade: trimestral	60%	60%	60%	60%
7.2	Percentual do parque de equipamentos de infraestrutura instalado coberto por garantia ou contrato de suporte equivalente Σ (componente de infra sem suporte) / Σ (componentes de infra)*100 Periodicidade: trimestral	75%	80%	85%	90%
7.3	Percentual do parque de softwares de terceiros, exceto software livre, instalado coberto por garantia ou contrato de suporte equivalente Σ (componente de infra sem suporte) / Σ (componentes de infra)*100 Periodicidade: trimestral	70%	75%	80%	80%
7.4	Tempo de indisponibilidade: - do serviço de acesso à internet; - do correio eletrônico; - acessos à sites; - sistemas SPT1, SPT2, PJE e portal de serviços. Média aritmética do tempo de indisponibilidade dos serviços e	10%	9%	8%	7%

<p>sistemas</p> <p>Cálculo da média aritmética:</p> <p>$(\text{Tempo de disponibilidade} / \text{Tempo no período}) * 100$</p> <p>Periodicidade: mensal</p>				
--	--	--	--	--

Objetivo Estratégico: 8 -Assegurar a Satisfação dos usuários, melhorando assim a imagem de TIC do TRT7.

#	Indicadores	Metas			
		2011	2012	2013	2014
8.1	<p>Índice de satisfação dos usuários externos com os serviços de TIC prestados pelo TRT7.</p> <p>Medido através de pesquisa de satisfação quantitativa com índice de satisfação variando entre 1 e 5, onde 1 é o pior e 5 o melhor índice.</p> <p>Periodicidade: semestral</p>	70% entre índice 4 e 5	80% entre índice 4 e 5	85% entre índice 4 e 5	85% entre índice 4 e 5
8.2	<p>Índice de satisfação de Magistrados e Servidores com as funcionalidades dos sistemas.</p> <p>Medido através de pesquisa de satisfação quantitativa com índice de satisfação variando entre 1 e 5, onde 1 é o pior e 5 o melhor índice.</p> <p>Periodicidade: trimestral</p>	70% entre índice 4 e 5	80% entre índice 4 e 5	85% entre índice 4 e 5	85% entre índice 4 e 5
8.3	<p>Índice de satisfação de Magistrados e servidores com os serviços de TIC disponibilizados;</p> <p>Medido através de pesquisa de satisfação quantitativa com índice de satisfação variando entre 1 e 5, onde 1 é o pior e 5 o melhor índice.</p> <p>Periodicidade: trimestral</p>	70% entre índice 4 e 5	80% entre índice 4 e 5	85% entre índice 4 e 5	85% entre índice 4 e 5

Objetivo Estratégico: 9 - Aprimorar a comunicação com públicos externos e internos.

#	Indicadores	Metas			
		2011	2012	2013	2014
9.1	Acompanhamento do PETIC Quantidade de reuniões de avaliação do andamento do PETIC utilizando os indicadores estratégicos com a participação da alta administração do TRT; Periodicidade: trimestral	4	4	4	4
9.2	Aderência ao plano de comunicação. Qtd. de itens de comunicação previstos e realizados / Qtd. Eventos previstos*100 Periodicidade: mensal	70%	80%	90%	100%

Objetivo Estratégico: 10 - Promover a capacitação dos usuários.

#	Indicadores	Metas			
		2011	2012	2013	2014
10.1	Quantidade de chamadas à central de serviços para esclarecimento de dúvidas Número de chamados à central de serviços classificados como esclarecimento de dúvidas. Periodicidade: trimestral	X*0,9	X*0,8	X*0,7	X*0,6
10.2	Carga horária média de treinamentos de TI por Servidor / Magistrado Σ (Carga horária de cursos de TI presenciais e/ou virtuais realizados para Servidores, Magistrados e comunidade)/Número de Participantes. Periodicidade: semestral	0,5	0,6	0,7	0,8

Objetivo Estratégico: 11 - Promover a troca de experiências de TIC com outras instituições, em especial com órgãos do Poder Judiciário.

#	Indicadores	Metas			
		2011	2012	2013	2014
11.2	Participação em eventos do judiciário (reuniões diretores, visitas a tribunais, treinamentos órgãos superiores) Periodicidade: semestral	15	15	15	15

Objetivo Estratégico: 12 - Garantir a Utilização Eficiente dos Recursos Orçamentários e buscar a sua Ampliação.

#	Indicadores	Metas			
		2011	2012	2013	2014
12.1	Percentual de planejamento dos recursos orçamentários Despesa realizada / Orçamento de TIC aprovado Despesa realizada: Valor em reais do orçamento de TIC aprovado. Orçamento aprovado: Valor em reais da despesa de TIC empenhada.	85%	85%	85%	85%

Objetivo Estratégico: 13 - Buscar a excelência no atendimento contribuindo para a celeridade na prestação jurisdicional e o acesso à justiça.

#	Indicadores	Metas			
		2011	2012	2013	2014
13.1	Percentual de serviços prestados que atenderam aos níveis de serviço; quantidade serviços prestados de acordo com o SLA / quantidade serviços prestados*100 Periodicidade: mensal	70%	75%	80%	85%

Ações e Projetos Estratégicos por Objetivo Estratégico

Objetivo Estratégico: 1 Reduzir o tempo de resposta ao usuário e entre a concepção e a colocação em funcionamento dos serviços de TI.

# OE	Descrição de ações	Processo COBIT relacionado	Perspectiva de Início da Implantação
1,6	Implantar o escritório de projetos e promover a capacitação dos técnicos da STI, visando disseminar a cultura de projetos.	P10 - Gerenciar Projetos	Imediato
1,2,5,8	Estabelecer a arquitetura da informação, englobando a reestruturação da base de dados do SPT1 e SPT2 envolvendo o inventário, saneamento e expurgo.	PO2 - Definir a Arquitetura de Informação AI6 – Gerenciar Mudanças AI7 - Instalar e Homologar Soluções e Mudanças	Médio (1 – 2 anos)
1,2,8	Estabilizar o SPT1 e SPT2.	PO8 - Gerenciar a Qualidade AI6 – Gerenciar Mudanças AI7 - Instalar e Homologar Soluções e Mudanças	Imediato
1,4,6	Transformar a divisão de sistemas em uma estrutura organizacional projetizada e criar um núcleo de apoio ao	P10 - Gerenciar Projetos	Imediato

	processo de gestão de problemas.	AI6 – Gerenciar Mudanças	
--	----------------------------------	--------------------------	--

Objetivo Estratégico: 2 - Prover soluções de TIC que maximizem a utilidade para o usuário.

# OE	Descrição de ações	Processo COBIT relacionado	Perspectiva de Início da Implantação
1,2,5,8	Estabelecer a arquitetura da informação, englobando a reestruturação da base de dados do SPT1 e SPT2 envolvendo o inventário, saneamento e expurgo.	PO2 - Definir a Arquitetura de Informação AI6 – Gerenciar Mudanças AI7 - Instalar e Homologar Soluções e Mudanças	Médio (1-2 anos)
1,2,8	Estabilizar o SPT1 e SPT2	PO8 - Gerenciar a Qualidade AI6 – Gerenciar Mudanças AI7 - Instalar e Homologar Soluções e Mudanças	Imediato
2,3,8,11	Concluir o projeto de implantação do portal de serviços.	AI2 - Adquirir e Manter Software Aplicativo	Imediato
2	Implantar a Certidão de Crédito Trabalhista, conforme determina o provimento 9/2009, modificado pelo provimento 01/2010.	AI2 - Adquirir e Manter Software Aplicativo	Imediato
2	Implantar a ferramenta de gestão de conteúdo para todos os sítios do Tribunal e a manutenção contínua deste ambiente, além de apoio para os usuários do referido	AI2 - Adquirir e Manter Software Aplicativo	Imediato

	sistema.		
2,7,13	Garantir a adequação do parque de microinformática (disponibilização, ampliação e modernização)	AI2 – Adquirir e Manter Software Aplicativo AI3 – Adquirir e Manter Infraestrutura de Tecnologia AI5 - Adquirir Recursos de TI	Imediato
2, 8	Prover sistemas e soluções para automatização de atividades da área meio	AI2 - Adquirir e Manter Software Aplicativo AI1- Identificar Soluções Automatizadas	Médio (1 - 2 anos)
2, 3 , 9, 10	Promover a utilização do Processo Virtual pela comunidade de advogados com o apoio da comunicação social do TRT7	DS7- Educar e Treinar Usuários	Curto (até 1 ano)
2,3,5, 7,8,10	Implantar o Processo Judicial Eletrônico (PJE)	AI2 - Adquirir e Manter Software Aplicativo	Imediato
2,8	Desenvolver solução para acompanhamento on-line da pauta de audiência	AI2 - Adquirir e Manter Software Aplicativo	Imediato
2,3,8	Ampliar soluções do Portal de Serviços: – pré-cadastro da ação; –acompanhamento de audiências e sessões de julgamento; – assinatura digital de documentos.	AI2 - Adquirir e Manter Software Aplicativo	Imediato
2,8	Implantar os sistemas de acompanhamento estatístico de primeiro e segundo graus (e-Gestão)	AI2 - Adquirir e Manter Software Aplicativo	Curto (até um ano)
2,8	Realizar intercâmbio com o TSE para comprovação eletrônica de voto eleitoral	AI2 - Adquirir e Manter Software Aplicativo	Curto (até um ano)
2,8	Permitir a realização de sustentação oral de processos à	AI2 - Adquirir e Manter Software Aplicativo	Curto (até um ano)

	distância		
2, 8	Implantar solução para confecção e impressão de identidade funcional para magistrados	AI2 - Adquirir e Manter Software Aplicativo	Curto (até um ano)
2, 8	Implantar sistema eletrônico para consulta à tabela de custas e emissão de guia de recolhimento. (Meta 5).	AI2 - Adquirir e Manter Software Aplicativo	Curto (até um ano)

Objetivo Estratégico: 3 - Intensificar o desenvolvimento de soluções na Internet, visando facilitar o acesso à Justiça, promovendo a capilaridade dos sistemas e serviços.

# OE	Descrição de ações	Processo COBIT relacionado	Perspectiva de Início da Implantação
2,3,8, 11	Concluir o projeto de implantação do portal de serviços.	AI2 - Adquirir e Manter Software Aplicativo	Imediato
3,7,13	Garantir a adequação da infraestrutura de TI (disponibilização, ampliação e modernização)	AI3 – Adquirir e Manter Infraestrutura de Tecnologia AI5 - Adquirir Recursos de TI DS3 - Gerenciar Capacidade e Desempenho	Imediato
2, 3, 9, 10	Promover a utilização do Processo Virtual pela comunidade de advogados com o apoio da comunicação social do TRT7.	DS7- Educar e Treinar Usuários	Curto (Até 1 ano)
2,3,5, 7,8,10	Implantar o Processo Judicial Eletrônico (PJE)	AI2 - Adquirir e Manter Software Aplicativo	Imediato
2,3,8	Ampliar soluções do Portal de Serviços: — pré-cadastro da ação; —acompanhamento de audiências e sessões de julgamento; – assinatura digital de documentos.	AI2 - Adquirir e Manter Software Aplicativo	Imediato

Objetivo Estratégico: 4 - Promover a valorização, a motivação e a capacitação continuada dos servidores de TIC mediante a gestão por competências.

# OE	Descrição de ações	Processo COBIT relacionado	Perspectiva de Início da Implantação
4	Mapear as competências das áreas de TI.	PO7 - Gerenciar Recursos Humanos de TIC AI5 - Adquirir Recursos de TI	Médio (1 – 2 anos)
1,4,6	Transformar a divisão de sistemas em uma estrutura organizacional projetizada e criar um núcleo de apoio ao processo de gestão de problemas.	P10 - Gerenciar Projetos AI6- Gerenciar Mudanças	Imediato
4,5,6, 8,9,13	Mapear os processos de Serviços da STI – Central de Serviços ; - Gerenciamento de Catálogo de Serviços; - Gerenciamento de Incidentes; - Gerenciamento de Problemas; - Cumprimento de Requisição; -Gerenciamento da Configuração e Ativos de Serviço; -Gerenciamento de Mudanças; Gerenciamento de Liberação e Implantação Gerenciamento do Nível de Serviços.	PO4 - Definir os Processos, Organização e Relacionamentos de TI AI4- Habilitar Operação e Uso AI6- Gerenciar Mudanças AI7 - Instalar e Homologar Soluções e Mudanças DS8 – Gerenciar a Central de Serviço e os Incidentes DS9- Gerenciar a Configuração	Imediato

		DS10- Gerenciar Problemas	
		DS13- Gerenciar as Operações	
4,11	Participar de Fóruns e Eventos Nacionais de Tecnologia que sejam do interesse do Tribunal.	PO7- Gerenciar Recursos Humanos	Imediato

Objetivo Estratégico: 5 - Assegurar a integridade, disponibilidade e confidencialidade dos ativos de TIC através da implantação de estruturas e práticas de segurança da informação.

# OE	Descrição de ações	Processo COBIT relacionado	Perspectiva de Início da Implantação
5	Desenvolver e implantar Política de Segurança da Tecnologia da Informação e Comunicação e criar estrutura organizacional de segurança da informação.	DS5 - Assegurar a Segurança dos Sistemas PO9 – Avaliar e Gerenciar os Riscos de TI DS9- Gerência de Configuração DS11- Gerenciar Dados ME3 – Assegurar a Conformidade com os Requisitos Externos	Imediato
1,2,5, 8	Estabelecer a arquitetura da informação, englobando a reestruturação da base de dados do SPT1 e SPT2 envolvendo o inventário, saneamento e expurgo.	PO2 - Definir a Arquitetura de Informação AI6 – Gerenciar Mudanças AI7 - Instalar e Homologar Soluções e Mudanças	Médio (1-2 anos)
4,5,6, 8,9,13	Mapear os processos de Serviços da STI – Central de Serviços ; - Gerenciamento de Catálogo de Serviços; - Gerenciamento de Incidentes; - Gerenciamento de Problemas; - Cumprimento de Requisição; -Gerenciamento da Configuração e Ativos de Serviço; -Gerenciamento de	PO4 - Definir os Processos, Organização e Relacionamentos de TI AI4- Habilitar Operação e Uso	Imediato

	Mudanças; Gerenciamento de Liberação e Implantação Gerenciamento do Nível de Serviços.	AI6 – Gerenciar Mudanças AI7 - Instalar e Homologar Soluções e Mudanças DS8 – Gerenciar a Central de Serviço e os Incidentes DS9- Gerenciar a Configuração DS10- Gerenciar Problemas DS13- Gerenciar as Operações	
5,7	Monitorar, testar e melhorar continuamente as rotinas de <i>backup</i> e <i>recovery</i> de dados e dos equipamentos de armazenagem de arquivos e dados.	DS4- Assegurar Continuidade dos Serviços DS5 - Assegurar a Segurança dos Sistemas DS11 – Gerenciar Dados DS12 – Gerenciar o Ambiente Físico DS13- Gerenciar as Operações	Imediato
2,3,5, 7,8,10	Implantar o Processo Judicial Eletrônico (PJE)	AI2 - Adquirir e Manter Software Aplicativo	Imediato

Objetivo Estratégico: 6 - Racionalizar os processos de TIC e adotar práticas de governança baseadas nos melhores padrões de mercado.

# OE	Descrição de ações	Processo COBIT relacionado	Perspectiva de Início da Implantação
6	Aprovar planejamento estratégico de TIC integrado com BSC com o monitoramento dos indicadores estratégicos.	PO1 - Definir um Plano Estratégico de TI ME1 - Monitorar e Avaliar o Desempenho	Imediato
6	Mapear e implantar os processos da governança de TIC, envolvendo a gerência do portfólio de TIC, o monitoramento dos indicadores de internos de TIC e avaliando a conformidade das soluções de TIC com requisitos externos.	PO4 - Definir os Processos, Organização e Relacionamentos de TI ME2 - Monitorar e Avaliar os Controles Internos ME3 - Assegurar a Conformidade com Requisitos Externos ME4-Prover Governança de TI	Imediato
1,6	Implantar a escritório de projetos e promover a capacitação dos técnicos da STI, visando disseminar a cultura de projetos.	P10 - Gerenciar Projetos	Imediato
6	Instituir processo de aquisição de hardware, software e serviços de TIC em conformidade com a legislação (p.e. LO 8666 /10520).	AI2 - Adquirir e Manter Software Aplicativo AI3 - Adquirir e Manter Infraestrutura de Tecnologia AI5 - Adquirir Recursos de TI DS11- Gerenciar os Dados	Médio (1 – 2 anos)

6,12	Criar a estrutura organizacional especializada em Governança TIC, sendo responsável pela gestão orçamentária, de portfólio, dos processos da STI, pelo escritório de segurança, pela implementação do plano individual de capacitação dos servidores da STI dentre outras atividades inerentes à Governança.	PO7 - Gerenciar Recursos Humanos de TIC PO5 - Gerenciar investimento PO4 - Definir os Processos, Organização e Relacionamentos de TI DS6 – Identificar e Alocar Custos DS11- Gerenciar os Dados ME4- Prover Governança de TI	Imediato
6	Implantar os processos de desenvolvimento de Software.	PO4 - Definir os Processos, Organização e Relacionamentos de TI	Médio (1 – 2 anos)
1,4,6	Transformar a divisão de sistemas em uma estrutura organizacional projetizada e criar um núcleo de apoio ao processo de gestão de problemas.	P10 - Gerenciar Projetos AI6 – Gerenciar Mudanças	Imediato
4,5,6, 8,9,13	Mapear os processos de Serviços da STI – Central de Serviços ; - Gerenciamento de Catálogo de Serviços; - Gerenciamento de Incidentes; - Gerenciamento de Problemas; - Cumprimento de Requisição; -Gerenciamento da Configuração e Ativos de Serviço; -Gerenciamento de Mudanças; Gerenciamento de Liberação e Implantação Gerenciamento do Nível de Serviços.	PO4 - Definir os Processos, Organização e Relacionamentos de TI AI4- Habilitar Operação e Uso AI6 – Gerenciar Mudanças AI7 - Instalar e Homologar Soluções e Mudanças DS8 – Gerenciar a Central de Serviço e os Incidentes DS9- Gerenciar a Configuração	Imediato

		DS10- Gerenciar Problemas DS13- Gerenciar as Operações	
--	--	---	--

Objetivo Estratégico: 7 - Gerir a infraestrutura de Tecnologia de Informação e adequá-la às necessidades do Tribunal.

# OE	Descrição de ações	Processo COBIT relacionado	Perspectiva de Início da Implantação
7	Formalizar o processo de gerenciamento de capacidade e desempenho.	DS3 - Gerenciar Capacidade e Desempenho	Médio (1 – 2 anos)
2,7,13	Garantir a adequação do parque de microinformática (disponibilização, ampliação e modernização)	AI2 – Adquirir e Manter Software Aplicativo AI3 – Adquirir e Manter Infraestrutura de Tecnologia AI5 - Adquirir Recursos de TI	Imediato
3,7,13	Garantir a adequação da infraestrutura de TI (disponibilização, ampliação e modernização)	AI3 – Adquirir e Manter Infraestrutura de Tecnologia AI5 - Adquirir Recursos de TI DS12 – Gerenciar o Ambiente Físico DS3 - Gerenciar Capacidade e Desempenho	Imediato
5,7	Monitorar, testar e melhorar continuamente as rotinas de <i>backup</i> e <i>recovery</i> de dados e dos equipamentos de armazenagem de arquivos e dados.	DS4- Assegurar Continuidade dos Serviços DS5 - Assegurar a Segurança dos Sistemas	Imediato

		DS11 – Gerenciar Dados DS12 – Gerenciar o Ambiente Físico DS13- Gerenciar as Operações	
2,3,5, 7,8,10	Implantar o Processo Judicial Eletrônico (PJE)	AI2 - Adquirir e Manter Software Aplicativo	Imediato

Objetivo Estratégico: 8 - Assegurar a Satisfação dos usuários, melhorando assim a imagem de TIC do TRT7.

# OE	Descrição de ações	Processo COBIT relacionado	Perspectiva de Início da Implantação
8,9	Estabelecer política de comunicação da STI	PO6 - Comunicar as Diretrizes e Expectativas da Diretoria	Imediato
1,2,5, 8	Estabelecer a arquitetura da informação, englobando a reestruturação da base de dados do SPT1 e SPT2 envolvendo o inventário, saneamento e expurgo.	PO2 - Definir a Arquitetura de Informação AI6 – Gerenciar Mudanças AI7 - Instalar e Homologar Soluções e Mudanças	Médio (1-2 anos)
1,2,8	Estabilizar o SPT1 e SPT2	PO8 - Gerenciar a Qualidade AI6 – Gerenciar Mudanças AI7 - Instalar e Homologar Soluções e Mudanças	Imediato
2,3,8, 11	Concluir o projeto de implantação do portal de serviços.	AI2 - Adquirir e Manter Software Aplicativo	Imediato
8	Criar sistema de informação gerencial para centralizar as informações e consultas gerenciais. Provendo inicialmente as informações/indicadores demandados pelo PEC, pelas metas prioritárias, pelo E-Gestão e pelo PETIC.	AI2 - Adquirir e Manter Software Aplicativo AI4- Identificar Soluções Automatizadas	Curto (até 1 ano)

4,5,6,8,9,13	Mapear os processos de Serviços da STI – Central de Serviços ; - Gerenciamento de Catálogo de Serviços; - Gerenciamento de Incidentes; - Gerenciamento de Problemas; - Cumprimento de Requisição; -Gerenciamento da Configuração e Ativos de Serviço; -Gerenciamento de Mudanças; Gerenciamento de Liberação e Implantação Gerenciamento do Nível de Serviços.	PO4 - Definir os Processos, Organização e Relacionamentos de TI AI4- Habilitar Operação e Uso AI6 – Gerenciar Mudanças AI7 - Instalar e Homologar Soluções e Mudanças DS8 – Gerenciar a Central de Serviço e os Incidentes DS9- Gerenciar a Configuração DS10- Gerenciar Problemas DS13- Gerenciar as Operações	Curto (até 1 ano)
2,8	Prover sistemas e soluções para automatização de atividades da área meio.	AI2 - Adquirir e Manter Software Aplicativo AI1- Identificar Soluções Automatizadas	Médio (1 – 2 anos)
2,3,5,7,8,10	Implantar o Processo Judicial Eletrônico (PJE)	AI2 - Adquirir e Manter Software Aplicativo	Imediato
2,8	Desenvolver solução para acompanhamento on-line da pauta de audiência	AI2 - Adquirir e Manter Software Aplicativo	Imediato
2,3,8,	Ampliar soluções do Portal de Serviços: — pré-cadastro da ação;	AI2 - Adquirir e Manter Software Aplicativo	Imediato

	<ul style="list-style-type: none"> – acompanhamento de audiências e sessões de julgamento; – assinatura digital de documentos 		
2,8	Implantar os sistemas de acompanhamento estatístico de primeiro e segundo graus (e-Gestão)	AI2 - Adquirir e Manter Software Aplicativo	Curto (até 1 ano)
2,8	Realizar intercâmbio com o TSE para comprovação eletrônica de voto eleitoral	AI2 - Adquirir e Manter Software Aplicativo	Curto (até 1 ano)
2,8	Permitir a realização de sustentação oral de processos à distância	AI2 - Adquirir e Manter Software Aplicativo	Curto (até 1 ano))
2,8	Implantar solução para confecção e impressão de identidade funcional para magistrados	AI2 - Adquirir e Manter Software Aplicativo	Curto (até 1 ano)
2,8	Implantar sistema eletrônico para consulta à tabela de custas e emissão de guia de recolhimento. (Meta 5).	AI2 - Adquirir e Manter Software Aplicativo	Curto (até 1 ano)

Objetivo Estratégico: 9 - Aprimorar a comunicação com públicos externos e internos.

# OE	Descrição de ações	Processo COBIT relacionado	Perspectiva de Início da Implantação
8,9	Estabelecer política de comunicação da STI	PO6 - Comunicar as Diretrizes e Expectativas da Diretoria	Imediato
4,5,6, 8,9,13	Mapear os processos de Serviços da STI – Central de Serviços ; - Gerenciamento de Catálogo de Serviços; - Gerenciamento de Incidentes; - Gerenciamento de Problemas; - Cumprimento de Requisição; -Gerenciamento da Configuração e Ativos de Serviço; -Gerenciamento de Mudanças; Gerenciamento de Liberação e Implantação Gerenciamento do Nível de Serviços.	PO4 - Definir os Processos, Organização e Relacionamentos de TI AI4- Habilitar Operação e Uso AI6 – Gerenciar Mudanças AI7 - Instalar e Homologar Soluções e Mudanças DS8 – Gerenciar a Central de Serviço e os Incidentes DS9- Gerenciar a Configuração DS10- Gerenciar Problemas DS13- Gerenciar as Operações	Imediato
2,3,9, 10	Promover a utilização do Processo Virtual pela comunidade de advogados com o apoio da comunicação social do	DS7- Educar e Treinar Usuários	Curto (até 1 ano)

	TRT7.		
--	-------	--	--

Objetivo Estratégico: 10 - Promover a capacitação dos usuários.

# OE	Descrição de ações	Processo COBIT relacionado	Perspectiva de Início da Implantação
10	Investir em EAD, em colaboração com a Escola Judicial, para capacitação dos usuários e servidores da STI.	DS7 - Educar e Treinar Usuários	Curto (até 1 ano)
2,3,9, 10	Promover a utilização do Processo Virtual pela comunidade de advogados com o apoio da comunicação social do TRT7.	DS7- Educar e Treinar Usuários	Curto (até 1 ano)
2,3,5, 7,8,10	Implantar o Processo Judicial Eletrônico (PJE)	AI2 - Adquirir e Manter Software Aplicativo	Imediato

Objetivo Estratégico: 11- Promover a troca de experiências de TIC com outras instituições, em especial com órgãos do Poder Judiciário..

# OE	Descrição de ações	Processo COBIT relacionado	Perspectiva de Início da Implantação
2,3,8, 11	Concluir o projeto de implantação do portal de serviços.	AI2 - Adquirir e Manter Software Aplicativo	Imediato
4,11	Participar de Fóruns e Eventos Nacionais de Tecnologia que sejam do interesse do Tribunal.	PO7-Gerenciar Recursos Humanos de TIC	Imediato
11	Interagir com outros órgãos públicos visando o aproveitamento de soluções de TI	AI5 – Adquirir Recursos de TI	Imediato

Objetivo Estratégico: 12 - Garantir a Utilização Eficiente dos Recursos Orçamentários e buscar a sua Ampliação.

# OE	Descrição de ações	Processo COBIT relacionado	Perspectiva de Início da Implantação
12	Participar do processo de elaboração da proposta orçamentária, bem como dos créditos suplementares, no tocante a sua área de atuação.	PO5 - Gerenciar investimento DS6-Identificar e Alocar Custos	Curto (até um ano)
12,6	Criar a estrutura organizacional especializada em Governança TIC, sendo responsável pelo acompanhamento da execução orçamentária da STI, dos processos da STI, pelo escritório de segurança, pela implementação do plano individual de capacitação dos servidores da STI dentre outras atividades inerentes à Governança.	PO7 - Gerenciar Recursos Humanos de TI PO5 - Gerenciar investimento PO4 - Definir os Processos, Organização e Relacionamentos de TI DS6-Identificar e Alocar Custos DS11-Gerenciar os DADOS ME4- Prover Governança de TI	Imediato

Objetivo Estratégico: 13 - Buscar a excelência no atendimento contribuindo para a celeridade na prestação jurisdicional e o acesso à justiça.

# OE	Descrição de ações	Processo COBIT relacionado	Perspectiva de Início da Implantação
4,5,6,8,9,13	Mapear os processos de Serviços da STI – Central de Serviços ; - Gerenciamento de Catálogo de Serviços; - Gerenciamento de Incidentes; - Gerenciamento de Problemas; - Cumprimento de Requisição; -Gerenciamento da Configuração e Ativos de Serviço; -Gerenciamento de Mudanças; Gerenciamento de Liberação e Implantação Gerenciamento do Nível de Serviços.	PO4 - Definir os Processos, Organização e Relacionamentos de TI AI4- Habilitar Operação e Uso AI6 – Gerenciar Mudanças AI7 - Instalar e Homologar Soluções e Mudanças DS9- Gerenciar a Configuração DS8 – Gerenciar a Central de Serviço e os Incidentes DS10- Gerenciar Problemas DS13- Gerenciar as Operações	Imediato
2,7,13	Garantir a adequação do parque de microinformática (disponibilização, ampliação e modernização)	AI2 – Adquirir e Manter Software Aplicativo AI3 – Adquirir e Manter Infraestrutura de	Imediato

		Tecnologia AI5 - Adquirir Recursos de TI	
3,7,13	Garantir a adequação da infraestrutura de TI (disponibilização, ampliação e modernização)	AI3 – Adquirir e Manter Infraestrutura de Tecnologia AI5 - Adquirir Recursos de TI DS3 -Gerenciar Capacidade e Desempenho	Imediato

Ações e Projetos Estratégicos

#	# OE	Descrição de ações	Processo COBIT relacionado	Perspectiva de Início da Implantação
1.	1,6	Implantar o escritório de projetos e promover a capacitação dos técnicos da STI, visando disseminar a cultura de projetos.	P10 - Gerenciar Projetos	Imediato
2.	1,2,5,8	Estabelecer a arquitetura da informação, englobando a reestruturação da base de dados do SPT1 e SPT2 envolvendo o inventário, saneamento e expurgo.	PO2 - Definir a Arquitetura de Informação AI6 – Gerenciar Mudanças AI7 - Instalar e Homologar Soluções e Mudanças	Médio(1 – 2 anos)
3.	1,2,8	Estabilizar o SPT1 e SPT2.	PO8 - Gerenciar a Qualidade AI6 – Gerenciar Mudanças AI7 - Instalar e Homologar Soluções e Mudanças	Imediato
4.	1,4,6	Transformar a divisão de sistemas em uma estrutura organizacional projetizada e criar um núcleo de apoio ao processo de gestão de problemas.	P10 - Gerenciar Projetos AI6 – Gerenciar Mudanças	Imediato
7.	2,3,8,11	Concluir o projeto de implantação do portal de serviços.	AI2 - Adquirir e Manter Software Aplicativo	Imediato
8.	2	Implantar a Certidão de Crédito Trabalhista, conforme determina o provimento 9/2009, modificado pelo provimento 01/2010.	AI2 - Adquirir e Manter Software Aplicativo	Imediato

9.	2	Implantar a ferramenta de gestão de conteúdo para todos os sítios do Tribunal e a manutenção contínua deste ambiente, além de apoio para os usuários do referido sistema.	AI2 - Adquirir e Manter Software Aplicativo	Imediato
11.	2,7,13	Garantir a adequação do parque de microinformática (disponibilização, ampliação e modernização)	AI2 – Adquirir e Manter Software Aplicativo AI3 – Adquirir e Manter Infraestrutura de Tecnologia AI5 - Adquirir Recursos de TI	Imediato
12.	2,8	Prover sistemas e soluções para automatização de atividades da área meio.	AI1- Identificar Soluções Automatizadas AI2 - Adquirir e Manter Software Aplicativo	Médio (1 – 2 anos)
13.	3,7,13	Garantir a adequação da infraestrutura de TI (disponibilização, ampliação e modernização)	AI3 – Adquirir e Manter Infraestrutura de Tecnologia AI5 - Adquirir Recursos de TI DS3 - Gerenciar Capacidade e Desempenho	Imediato
15.	4	Mapear as competências das áreas de TI	PO7 - Gerenciar Recursos Humanos de TIC AI5 - Adquirir Recursos de TI	Médio (1 – 2 anos)
16.	4,5,6, 8,9 13	Mapear os processos de Serviços da STI – Central de Serviços ; - Gerenciamento de Catálogo de Serviços; - Gerenciamento de Incidentes; - Gerenciamento de Problemas; - Cumprimento de Requisição; -Gerenciamento da Configuração e Ativos de Serviço; -Gerenciamento de Mudanças; Gerenciamento de	PO4 - Definir os Processos, Organização e Relacionamentos de TI AI4- Habilitar Operação e Uso AI6 – Gerenciar Mudanças	Imediato

		Liberação e Implantação Gerenciamento do Nível de Serviços	AI7 - Instalar e Homologar Soluções e Mudanças DS9- Gerenciar a Configuração DS10- Gerenciar Problemas DS13- Gerenciar as Operações	
17.	4,11	Participar de Fóruns e Eventos Nacionais de Tecnologia que sejam do interesse do Tribunal.	PO7 - Gerenciar Recursos Humanos de TIC	Imediato
18.	5	Desenvolver e implantar Política de Segurança da Tecnologia da Informação e Comunicação e criar estrutura organizacional de segurança da informação.	DS5 - Assegurar a Segurança dos Serviços PO9- Avaliar e Gerenciar os Riscos de TI DS9 – Gerencia de Configuração DS11- Gerenciar Dados ME3- Assegurar a Conformidades com Requisitos Externos	Imediato
21.	6	Aprovar planejamento estratégico de TIC integrado com BSC com o monitoramento dos indicadores estratégicos.	PO1 - Definir um Plano Estratégico de TI ME1 - Monitorar e Avaliar o Desempenho	Imediato
22.	6	Mapear e implantar os processos da governança de TIC, envolvendo a gerência do portfólio de TIC, o monitoramento dos indicadores de internos de TIC e avaliando a conformidade das soluções de TIC com	PO4 - Definir os Processos, Organização e Relacionamentos de TI ME2 - Monitorar e Avaliar os Controles	Imediato

		requisitos externos.	Internos ME3 - Assegurar a Conformidade com Requisitos Externos ME4- Prover Governança de TI	
23.	6	Instituir processo de aquisição de hardware, software e serviços de TIC em conformidade com a legislação (p.e. LO 8666 /10520).	AI2 - Adquirir e Manter Software Aplicativo AI3 - Adquirir e Manter Infraestrutura de Tecnologia AI5 - Adquirir Recursos de TI DS11-Gerenciar os Dados	Médio (1 – 2 anos)
24.	6,12	Criar a estrutura organizacional especializada em Governança TIC, sendo responsável pela gestão orçamentária, de portfólio, dos processos da STI, pelo escritório de segurança, pela implementação do plano individual de capacitação dos servidores da STI dentre outras atividades inerentes à Governança.	PO7 - Gerenciar Recursos Humanos de TIC PO5 - Gerenciar investimento PO4 - Definir os Processos, Organização e Relacionamentos de TI DS6 - Identificar e Alocar Custos DS11 - Gerenciar os Dados ME4 - Prover Governança de TI	Imediato
25.	6	Implantar processo de desenvolvimento de Software	PO4 - Definir os Processos, Organização e Relacionamentos de TI	Médio (1 – 2 anos)
30.	7	Formalizar o processo de gerenciamento de capacidade e desempenho.	DS3 - Gerenciar Capacidade e Desempenho	Médio (1 – 2 anos)
32.	8,9	Estabelecer política de comunicação da STI	PO6 - Comunicar as Diretrizes e Expectativas da Diretoria	Imediato
33.	8	Criar sistema de informação gerencial para centralizar as informações e consultas gerenciais. Provendo inicialmente as informações/indicadores demandados pelo PEC, pelas metas prioritárias, pelo E-Gestão e	AI2 - Adquirir e Manter Software Aplicativo AI1- Identificar Soluções Automatizadas	Curto (até 1 ano)

		pelo PETIC.		
34.	2,3,9,10	Promover a utilização do Processo Virtual pela comunidade de advogados com o apoio da comunicação social do TRT7.	DS7 – Educar e Treinar Usuários	Curto (até 1 ano)
36.	11	Interagir com outros órgãos públicos visando o aproveitamento de soluções de TI	AI5 – Adquirir recursos de TI	Imediato
37.	12	Participar do processo de elaboração da proposta orçamentária, bem como dos créditos suplementares, no tocante a sua área de atuação.	PO5 - Gerenciar investimento DS6- Identificar e Alocar Custos	Curto (até um ano)
38.	10	Investir em EAD, em colaboração com a Escola Judicial, para capacitação dos usuários e servidores da STI.	DS7 - Educar e Treinar Usuários	Curto (até um ano)
40.	2,3,5,7,8,10	Implantar o Processo Judicial Eletrônico (PJE)	AI2 - Adquirir e Manter Software Aplicativo	Imediato
41.	2,8	Desenvolver solução para acompanhamento on-line da pauta de audiência	AI2 - Adquirir e Manter Software Aplicativo	Imediato
42.	2,3,8,	Ampliar soluções do Portal de Serviços: – pré-cadastro da ação; – acompanhamento de pauta de audiências e das sessões de julgamento; – assinatura digital de documentos	AI2 - Adquirir e Manter Software Aplicativo	Imediato
44.	2,8	Implantar os sistemas de acompanhamento estatístico de primeiro e segundo grau (e-Gestão)	AI2 - Adquirir e Manter Software Aplicativo	Curto (até um ano)
46.	2,8	Realizar intercâmbio com o TSE para comprovação	AI2 - Adquirir e Manter Software Aplicativo	

		eletrônica de voto eleitoral		Curto (até um ano)
47.	2,8	Permitir a realização de sustentação oral de processos à distância	AI2 - Adquirir e Manter Software Aplicativo	Curto (até um ano)
49.	2,8	Implantar solução para confecção e impressão de identidade funcional para magistrados	AI2 - Adquirir e Manter Software Aplicativo	Curto (até um ano)
51.	2,8	Implantar sistema eletrônico para consulta à tabela de custas e emissão de guia de recolhimento. (Meta 5).	AI2 - Adquirir e Manter Software Aplicativo	Curto (até um ano)

Ações Prioritárias definidas pela Comissão de Informática no Processo de Revisão do PETIC

Durante o processo de revisão do PETIC a Comissão de Informática priorizou 4 ações estratégicas:

Prioridade	AÇÕES PRIORIZADAS
1	Ação 42 - Ampliar soluções do Portal de Serviços: – pré-cadastro da ação; – acompanhamento de pauta de audiências e das sessões de julgamento; – assinatura digital de documentos
2	Ação 2 - Estabelecer a arquitetura da informação, englobando a reestruturação da base de dados do SPT1 e SPT2 envolvendo o inventário, saneamento e expurgo.
3	Ação 47 - Permitir a realização de sustentação oral de processos à distância
4	Ação 46 - Realizar intercâmbio com o TSE para comprovação eletrônica de voto eleitoral

Glossário

Termo	Definição
Acordo de Nível de Serviço	<p>Um acordo de nível de serviço (ANS ou SLA, do inglês <i>service level agreement</i>) é a parte de contrato de serviços entre duas ou mais entidades no qual o nível da prestação de serviço é definido formalmente. Na prática, o termo é usado no contexto de tempo de entregas de um serviço ou de um desempenho específico.</p> <p>Por exemplo, se a empresa A contratar um nível de serviço de entregas de 95% em menos de 24 horas à Empresa B, esta já sabe que de todas as entregas que lhe forem dadas para fazer, no mínimo 95% tem que ser feitas em menos de 24 horas.</p>
ANS	Acrônimo de Acordo de Nível de Serviço.
BSC	Acrônimo de <i>Balanced Scorecard</i> é uma metodologia de medição e gestão de desempenho desenvolvida pelos professores da <i>Harvard Business School</i> , Robert Kaplan e David Norton, em 1992.
COBIT	<p>COBIT®, do inglês, <i>Control Objectives for Information and related Technology</i>, é um guia de boas práticas apresentado como <i>framework</i>, dirigido para a gestão de tecnologia de informação (TI). Criado e mantido pelo ISACA (<i>Information Systems Audit and Control Association</i>), possui uma série de recursos que podem servir como um modelo de referência para gestão da TIC, incluindo um sumário executivo, um <i>framework</i>, controle de objetivos, mapas de auditoria, ferramentas para a sua implementação e principalmente, um guia com técnicas de gerenciamento. Especialistas em gestão e institutos independentes recomendam o uso do CobiT como meio para otimizar os investimentos de TIC, melhorando o retorno sobre o investimento (ROI) percebido, fornecendo métricas para avaliação dos resultados (<i>Key Performance Indicators KPI</i>, <i>Key Goal Indicators KGI</i> e <i>Critical Success Factors CSF</i>).</p> <p>O CobiT independe das plataformas de TIC adotadas nas empresas, tal como independe do tipo de negócio e do valor e participação que a tecnologia da informação tem na cadeia produtiva da empresa.</p> <p>Em 28 de janeiro de 2010, foi anunciada oficialmente a tradução do COBIT 4.1 para a Língua Portuguesa.</p>

GAP's Estratégicos	Lacuna existentes entre a situação desejada e a situação atual de uma unidade organizacional. Representam os desafios a serem transpostos para que a unidade organizacional consiga atingir um novo patamar de funcionamento.
ITIL	<p>Acrônimo de Information Technology Infrastructure Library (ITIL), é um conjunto de boas práticas a serem aplicadas na infraestrutura, operação e manutenção de serviços de tecnologia da informação (TI). Foi desenvolvido no final dos anos 1980 pela CCTA (Central Computer and Telecommunications Agency) e atualmente está sob custódia da OGC (Office for Government Commerce) da Inglaterra.</p> <p>A ITIL busca promover a gestão com foco no cliente e na qualidade dos serviços de tecnologia da informação (TI). A ITIL lida com estruturas de processos para a gestão de uma organização de TI apresentando um conjunto abrangente de processos e procedimentos gerenciais, organizados em disciplinas, com os quais uma organização pode fazer sua gestão tática e operacional em vista de alcançar o alinhamento estratégico com os negócios.</p> <p>ITIL dá uma descrição detalhada sobre importantes práticas de IT com <i>checklists</i>, tarefas e procedimentos que uma organização de IT pode customizar para suas necessidades.</p>
MPS.BR	<p>Acrônimo de MPS.BR ou Melhoria de Processos do Software Brasileiro, é simultaneamente um movimento para a melhoria da qualidade (Programa MPS.BR) e um modelo de qualidade de processo (Modelo MPS) voltada para a realidade do mercado de pequenas e médias empresas de desenvolvimento de software no Brasil.</p> <p>Ele é baseado nas normas ISO/IEC 12207 e ISO/IEC 15504 e na realidade do mercado brasileiro, bem como é compatível com o CMMI.</p> <p>No Brasil, uma das principais vantagens do modelo é seu custo reduzido de certificação em relação as normas estrangeiras, sendo ideal para micro, pequenas e médias empresas.</p> <p>Um dos objetivos do projeto é replicar o modelo na América Latina, incluindo o Chile, Argentina, Costa Rica, Peru e Uruguai.</p>

	O projeto tem apoio do Ministério da Ciência e Tecnologia, da FINEP e do Banco Interamericano de Desenvolvimento. No Brasil o projeto é desenvolvido pela Softex, interagindo com as universidades e com o Governo Federal.
PETIC	Acrônimo de Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação
PMBOK	Acrônimo de <i>Project Management Body of Knowledge</i> , também conhecido como PMBOK é um conjunto de práticas em gerência de projetos publicado pelo <i>Project Management Institute</i> (PMI) e constitui a base do conhecimento em gerência de projetos do PMI. Estas práticas são compiladas na forma de um guia, chamado de Guia do Conjunto de Conhecimentos em Gerenciamento de Projetos, ou Guia PMBOK.
SLA	Acrônimo de <i>Service Level Agreement</i> que se traduz como Acordo de Nível de Serviço (ANS).
STI	Acrônimo de Secretaria de Tecnologia da Informação
TI	Acrônimo de Tecnologia da Informação
TIC	Acrônimo de Tecnologia da Informação e Comunicação

ANEXO I – INVENTÁRIO DE RECURSOS DA STI

Recursos Humanos - Distribuição dos Profissionais por Lotação

NOME DO SERVIDOR / LOTAÇÃO

SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO

JOAREZ DALLAGO

GABINETE

RACHEL CASTRO DE ASSUNÇÃO

FERNANDO JOSÉ SALES MONTEIRO

ESTAGIÁRIOS

JESSICA LEITÃO PRAUN

DIVISÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

RÔMULO CELSO B. E AZEVEDO

SETOR DE SISTEMAS JUDICIAIS

ALEXANDRE DE ANDRADE BARBOSA

ANTÔNIO DANTAS VELOSO FILHO
FÁBIO SANTOS DE LIMA
FELIPE BARROS DE PAULA LEITE
FRANCISCO JONATHAN REBOUÇAS MAIA
FRANCISCO JOSÉ PEREIRA
IGOR BESSA MENEZES
MARCOS MACIEL DE CASTRO
MARCOS XAVIER DE ALMEIDA BARRETTO
ROSINEI MUNIZ MARINHO
THIAGO CORREIA LIMA CASTELO BRANCO
WELLINGTON LUIZ GABOARDI

TERCEIRIZADOS

ALBERTO WEBSTER BARBOSA CAMERINO
CARLO FREDERICO VIANA MONTEIRO
JULIUS QUINTELLA SOARES
WILSON WAGNER B. MARQUES

SETOR DE SISTEMAS ADMINISTRATIVOS E WEB

MARIA RAQUEL V. RIBEIRO LOPES
FILIPE SAMPAIO CANITO

PAULO SERGIO VIANA CHAVES

TERCEIRIZADOS

EMANUEL SANTOS LIMA

DIVISÃO DE SERVIÇOS DE TI

LUIZ CARLOS MACHADO

SETOR DE GERENCIAMENTO DE SERVIÇOS

ABNER SIQUEIRRA TORRES

CELIMAR LUCIA GOBETTI

LEVI LOPES SOARES E SILVA

THIAGO GUILHERME DA SILVA

CENTRAL DE SERVIÇOS

FELLYPPE CARLOS SANTOS DE LIMA

RONALDO CIDRACK DO VALE LEÃO

DAVID HENRIQUE SALES VIERA

EWERTON DE BARROS ALENCAR TAVARES

ESTAGIÁRIOS

FERNANDO REGO LIMA NETO

FRANCISCO DE ASSIS COSTA GOMES FILHO

GUTEMBERG ALVES DE OLIVEIRA

SETOR DE APOIO AO FAN

FABIO COELHO DA COSTA

LUCI NOGUEIRA DE LIMA

RICARDO WALL HENRIQUES VELOSO

ROBERTO SILAS DOS SANTOS

ESTAGIÁRIOS

LINDOMBERTO DE SOUZA PINTO

DIVISAO DE INFRAESTRUTURA DE TI

MEIRELES SILVA LIRA JUNIOR

SETOR DE INFRAESTRUTURA

DANIEL NEY GOMES PINHEIROS

MARILDA DE ABREU MENESCAL

HERDINE THIAGO RODRIGUES

RAFAEL IGOR ALEXANDRE VASCO

JOAVNER NEGREIROS DE FREITAS

FRANCISCO SALES DE LIMA FILHO

ROBERTO PAULO DIAS ALCANTARA FILHO

TERCEIRIZADOS

JOSÉ CAMPOS FERREIRA

FRANCINILDO RAMOS ALVES

GUSTAVO GURGEL NOBREGA

RAFAEL FERREIRA DE OLIVEIRA REGO

SETOR DE SISTEMAS GERENCIADORES DE BD E APLICAÇÕES

GILBERTO COELHO DE AZEVEDO NETO

Recursos de *Hardware*

Categoria	Qtd	Características	Observações
Servidor	16	DELL POWER EDGE 2950 8 Gb RAM (garantia)	Interior (DC / PRINTER / DNS / DHCP / FILE SERVER)
	5	DELL POWER EDGE 2950 16 Gb RAM(garantia)	Capital(File server, Zabbix, Intranet e VM)
	5	DELL POWER EDGE 2950 32 Gb RAM(garantia)	Capital (VM, BRMA)
	3	IBM X3550	Capital (BRMA, <i>Backup</i> Vms, Gabinete Virtual)
	11	IBM X3650 (garantia)	Capital (Menthorh, SUAP, RAC Oracle, TSM,
	1	HP ML370	Capital (SERVIDOR DE IMAGENS DO FÓRUM)
	1	IBM X226	Interior (DC / PRINTER / DNS / DHCP / FILE SERVER)
	5	HP ML110	Interior (DC / PRINTER / DNS / DHCP / FILE SERVER)
Total	47		

Categoria	Qtd	Características	Observações
Tape library	2	Unidade de Fita de <i>backup</i> tipo LTO-3 IBM	Capital – sala cofre
Total	2		

Categoria	Qtd	Características	Observações
Storage	2	Unidade de armazenamento de massa IBM	Capital – sala cofre
Total	2		

Categoria	Qtd	Características	Observações
No-Break	2	30 KVA	Capital – sala cofre
Total	2		

Categoria	Qtd.	Características	Observações
Switch 24 Portas	23	Dlink	Capital
Switch 24 Portas	20	3Com	Capital -Interior
Switch 48 Portas	24	3Com	Capital
Switch 48 Portas	3	3Com SW	Capital
Switch 48 Portas	6	Dlink SW	Capital
SAN	4	IBM	Capital
Switch 48 Portas	2	Extreme	Capital
Total	82		

Categoria	Qtd.	Características	Observações
Sala Cofre	1	Área de 17m2 certificada ABNT	Capital

Categoria	Qtd.	Características	Observações
Impressora a laser	282	Placa de rede, frente-verso, monocromática, pequeno e médio porte	Capital-Interior
Multifuncional	155	Placa de rede, impressão frente-verso, monocromática, médio porte	Capital-Interior
Scanner de produção	71	USB, Frente-verso, colorido.	Capital-Interior
Estação de trabalho com monitor.	1067	Memória RAM de 1 a 4GB, todas com um monitor de 15" ou 17", todas com unidade cd/dvd, entradas USB, HD de 40 a 160 GB, placa de rede ethernet.	Capital-Interior
Notebooks	130	Memória RAM de 1 a 2GB, todos com unidade cd/dvd, entradas USB, HD de 40 a 160 GB, placa de rede ethernet	Distribuídos para magistrados e alguns Diretores de Vara e de áreas administrativas.

Recursos de Software

Softwares de apoio

Nome	Tipo	Qtd.	Características
Windows 2003 Server CAL	1	550	Cliente de acesso ao Sist. Operacional Windows
Windows 2003 Server (Standard)	1	10	Sistema Operacional Windows
Windows 2008 Enterprise	1	11	Sistema Operacional Windows
Windows 2008 Standard	1	16	Sistema Operacional Windows
Red Hat Enterprise Server	1	7	Sistema Operacional Linux
JBOSS Operation Network Layered Application	2	1	Servidor de aplicação
Jboss ON Monitoring Layered Application	2	2	Servidor de aplicação
Jboss Application Platform Premium	2	2	Servidor de aplicação
Oracle Enterprise Database 10g R2	6	2	Gerenciador de Bases de Dados
Oracle Database Standard Edition 9i	6	1	Gerenciador de Bases de Dados
Oracle Application Server	2	2	Servidor de aplicação
IBM T.S.M. 5.3	6	1	Servidor de <i>backup</i>
IBM T.S.M. 6.0	6	1	Servidor de <i>backup</i>
IBM T.S.M. DataProtect for Linux	5	3	Cliente de <i>backups</i> para Linux
Módulo risk Manager	5	1	Ferramenta de análise de riscos de segurança
Checkpoint Firewall-1 R65	5	1	Ferramenta de segurança de acesso
Citrix Metaframe Presentation Server	2	1	Utilitário de acesso remoto

Proofpoint	5	1	Ferramenta de análise de conteúdo de email
Citrix Metaframe Presentation Server-CAL	2	46	Utilitário de acesso remoto
Microsoft Terminal Server-CAL	2	1000	Utilitário de acesso remoto
BRMA	5	1	Webmail e Ferramenta de segurança de acesso
Cacti	2	1	Utilitário de monitoramento de rede
SAMBA	1	4	Servidor de sistema de arquivos CIFS
OpenSSH	2	12	Servidor de acesso remoto
ORACLE - IDS	2	5	Ferramenta de desenvolvimento
PL-SQL Developer	2	5	Ferramenta de desenvolvimento
Delphi 7	2	1	Ferramenta de desenvolvimento
Visual Source Safe 6	2	1	Ferramenta de desenvolvimento
Visual Studio Pro 2005 Português	2	1	Ferramenta de desenvolvimento
Eclipse	2	1	Ferramenta de desenvolvimento
Visio Pro 2007 Win32 Português	2	1	Ferramenta de desenvolvimento
Word 2003, Processador texto MSOffice	7	100	Ferramenta de escritório
MS Office Professional 2003	7	100	Ferramenta de escritório
MS Office Standard Edition 2003	7	100	Ferramenta de escritório
MS Office 2003 Win32 OPEN	7	70	Ferramenta de escritório
BR-Office	7	1067	Ferramenta de escritório
MS Windows Terminal Svr 2003 OPEN	2	20	Utilitário de acesso remoto
TREND MICRO Office Scan Client/Server Edition	5	1050	Utilitário anti-vírus
WINDOWS XP/VISTA	1	1067	Sistema operacional de estação de trabalho

Microsoft Project Standard 2003	2	1	Utilitário para projetos
Autodesk Autocad	2	1	Utilitário de engenharia
CorelDraw Graphics Suite x4 SPA/BRAZ - CDGSX4ESBRPCAM	2	1	Utilitário criações gráficas
Photoshop CS4 11 65016135	2	1	Utilitário criações gráficas
Adobe creative suite 3 design premium	2	8	Utilitário criações gráficas

Tabela de Tipo de *Software*

1	<i>software</i> básico, tal como, sistema operacional, etc
2	<i>softwares</i> utilitários,
3	correio eletrônico,
4	mensagem instantânea,
5	<i>softwares</i> de segurança, tal como, anti-vírus, etc
6	<i>software</i> de banco de dados,
7	<i>software</i> de automação de escritório, tais como, planilha eletrônica, editor de texto, etc

Linguagens de programação

Forms 6.0

Reports 6.0

PL/SQL

Delphi 7

C#

Java

Sistemas de Informação Proprietários

SPT1

SPT2

PREC

SCJ

SCEM

ARQ

PROT

SMP

E-JUS (Parte proprietária)

E-RECURSO (Parte proprietária)

AUD (Parte proprietária)

E-GESTÃO (Parte proprietária)

Sistemas de Informação Nacionais

AUD

CÁLCULO ÚNICO

E-JUS

E-RECURSO

E-DOC

DEJT

CARTA PRECATÓRIA

E-GESTÃO

Comunicações

Categoria	Tipo	Qtd	Características	Observações	Mantenedor
Link Internet	3G	70	Acesso à internet assimétrico a 1Mbps	Provê acesso a internet aos magistrados de 1º e 2º graus e alguns diretores	TRT

	IP Dedicado	1	acesso à internet , dedicado, um enlace de 2Mbps .	Provê a infraestrutura de acesso a esta para a sede do Regional	TRT
	IP Dedicado	1	acesso à internet , dedicado, um enlace de 10 Mbps .	Provê a infraestrutura de acesso a esta para a sede do Regional	TRT
Link Dados	MPLS	2	Circuito de VPN MPLS redundante a 1024 Kbps	Rede JT-Sede	CSJT
	MPLS	11	Circuito de VPN MPLS a 256 Kbps	Rede TRT-VT do interior	CSJT/TRT
	MPLS	1	Circuito de VPN MPLS a 4096 Kbps	Rede TRT-VT do Interior	CSJT/TRT
	MPLS	1	Circuito de VPN MPLS a 2048 Kbps	Rede TRT- VT Caucaia	CSJT/TRT
	Rádio	1	Acesso dedicado <i>wireless</i> indoor de 256 Kbps	Rede TRT- Posto Aracati	TRT
	Rádio	4	Acesso dedicado <i>wireless</i> indoor de 54 Mbps	Provê interligação do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região ao Fórum Aufran Nunes e Varas do trabalho da Região metropolitana	TRT